



Anais da Assembléia

Nº 36

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 30ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 1983

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Edmar Luiz Costa e Gernote Kirinus.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Homero Oguido, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Nilso Squarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França e Tuguio Setogutte. (43); em licença o Sr. Deputado Wilson Fortes (1). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Artagão de Mattos Leão, Edgar Pimentel, Hermas Brandão, Irondi Puglisi, Ivan Gubert, Leônidas Chaves, Mário Pereira, Nelson Bufara, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Tadeu Lúcio Machado e Tércio Albuquerque. (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) -- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO -- procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o nº 22/83, do Sr. SHIOJI SUMI, Presidente da Câmara Municipal de Cornélio Procopio, que encaminha requerimento do Sr. Vereador FRANCISCO FLORO DA SILVA, de MOÇÃO DE PROTESTO contra o voto distrital, que é mais uma tentativa contra as instituições democráticas.

Sob o nº 035/83, do Sr. SAMUEL GOMES DOS SANTOS, Presidente do Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Católica do Paraná, o qual presta um justo reconhecimento por sua brilhante e oportuna iniciativa no sentido de se criar um estágio universitário nesta Casa de Leis, nos moldes daquele já existentes na Câmara dos Deputados. Trata-se, sem dúvida, de uma proposta louvável e que, se concretizada, contribuirá de forma efetiva para o fortalecimento do Poder Legislativo, para o aumento da conscientização política dos universitários, e em última análise, para a desejada consolidação da democracia em nosso País. Os universitários paranaenses têm a esperança de que os seus Companheiros Deputados Estaduais revelem, a exemplo de Vossa Excelência, um alto grau de sensibilidade política, dando ao seu projeto de lei, a importância merecida.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime

de urgência, para o Projeto de Lei nº 31/83, de sua autoria, que visa estabelecer critérios para o preenchimento de cargos de Direção das Escolas Públicas do Estado, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado, apelo ao Sr. Ministro da Justiça, ao Sr. Presidente do Senado Federal, ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, aos Srs. Líderes dos Partidos Políticos no Senado e na Câmara dos Deputados e aos Presidentes das Assembléias Legislativas dos Estados, no sentido do não enquadramento na Lei de Segurança Nacional de 67, das 91 pessoas que foram presas em São Paulo, no dia 13 de dezembro último, no auditório da Editora Novos Rumos.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

JUSTIFICATIVA:

A Polícia Federal solicitou o enquadramento da LSN de 67, das 91 pessoas que foram presas em São Paulo, no dia 13 de dezembro último, no auditório da Editora Novos Rumos, sob a acusação de terem participado do VII Congresso do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Tal medida, além de injusta e arbitrária, está em completo desacordo com o momento político que ora vivemos. O sufrágio popular consagrou, em 15 de novembro último, o amplo anseio democrático dos brasileiros. O avanço da democracia em nosso País, tem vencido etapas extremamente importantes, como foram a Anistia e a própria realização das últimas eleições, tratando-se, hoje, de processo irreversível. O desejo de mudança e de plena superação dos resquícios do arbítrio e do autoritarismo que domina a Nação, vem encontrando eco mesmo em certos setores do próprio Governo. Um exemplo disso são as manifestações no sentido da revisão da LSN, assim como, a existência no Senado da República de Comissão Especial que estuda possíveis modificações naquela lei. Portanto, em nada contribui para o processo de aperfeiçoamento democrático, em curso no País, a insistência na aplicação da anacrônica Lei de Segurança Nacional.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja designado a representar a Assembléia Legislativa, no Congresso de Radiodifusão, a realizar-se nos dias 2, 3 e 4 de maio do corrente ano, em Caiobá.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI.

REQUERIMENTO:

SÚMULA:

REQUER o apoio de todos os Srs. Deputados para a imediata liberação de recursos do Crédito Rural no que se refere ao Estado.

Sr. Presidente.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Agricultura desta Assembléia Legislativa, e tendo em vista o deliberado na reunião deste colegiado juntamente com outros Deputados das duas Bancadas representadas nesta Casa, quando estiveram

presentes:

1. Secretário da Agricultura;
2. Representante da Ocepar;
3. Presidente da Associações dos Engenheiros Agrônomos do Paraná;
4. Presidente da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária.

Na ocasião, foi deliberado o seguinte:

1. A união das Bancadas nos interesses legítimos do Paraná no que concerne à Agropecuária;
2. liberação de suficientes indispensáveis e urgentes recursos para comercialização da produção agropecuária paranaense para o mês de maio do corrente ano;

3. audiência com os Srs. Ministro do Planejamento e Agricultura, por parte de uma Comissão Especial de sete (7) Deputados a ser designada pelas respectivas Lideranças, que, juntamente com as bancadas na Câmara e no Senado Federal, fará a exposição dos angustiantes problemas sofridos pelos agricultores paranaenses e a solução de providências imediatas, vem solicitar o apoio de todos os Srs. Parlamentares desta Casa, para que sejam colimados os fins acima mencionados.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

O Paraná é o Estado que mais contribuição tem oferecido ao Governo Federal em termos de agropecuária e, no entanto, não tem recebido uma contrapartida à altura no que se relaciona aos recursos do crédito rural, seja em custeio comercialização ou investimento.

Estamos no limiar de uma safra, cujo pico de comercialização se fará no mês de maio. Todavia, os recursos liberados pelo Governo Federal não são suficientes, ficando muito aquém das necessidades mínimas.

Somente para o mês de maio será necessário a liberação de mais 60 bilhões de cruzeiros de recursos de EGF, (Empréstimos do Governo Federal), além dos 36 bilhões de cruzeiros já liberados o que está a demonstrar a gravidade da situação com o risco de gravíssimos prejuízos para os nossos agricultores e para o Estado do Paraná.

A situação torna imperativo que os problemas sejam tratados sobrepairando os interesses partidários, fazendo-se mister uma união de todos os Parlamentares desta Casa, dos representantes dos dois Partidos no Congresso, Cooperativas, associações em geral, autoridades e a população paranaense, para uma vigorosa tomada de posição em favor da agricultura paranaense.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que efetue a pavimentação primária na estrada que liga a sede do Município do Pinhão à Usina de Segredo que passa pelo Distrito de Reserva (via Rondinha).

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) DONATO GULIN.

INDICAÇÃO

Na qualidade de Líder do PMDB em exercício, indico os Srs. Deputados:

ORLANDO PESSUTI
PAULO FURIATTI
SABINO CAMPOS e

EDUARDO BAGGIO, para integrarem a Comissão Especial da audiência com o Sr. Ministro do Planejamento e da Agricultura.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 25/83, de sua autoria, que cria o Conselho Paranaense da Política de Emprego, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado telex ao Excelentíssimo Senhor César Cals, Ministro das Minas e Energia, solicitando urgentes providências no sentido de coibir a violência e a expulsão de garimpeiros, na região de Alta Floresta, no Estado do Mato Grosso.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

A Cia. Paranapanema, além do Garimpo do Jaú, estão expulsando todos os garimpeiros da região que circunda ALTA FLORESTA e compreende várias grotas, como: Buriti, Arara, Óleo Rico, etc..., no Mato Grosso. O garimpo na região foi descoberto pelo garimpeiro que trabalhava manualmente. Presentemente, o garimpo está em fase final de repassagem, só podendo ser efetuado através de dragas. O garimpeiro que, de forma rudimentar, descobriu o filão, é o mesmo que agora repassa a terra para o dragueiro encontrando nesse serviço o seu ganha pão. No momento, cerca de 600 dragas estão paradas. Cada uma delas emprega de 4 a 6 pessoas. Resumindo: praticamente umas 3 mil pessoas vivem do referido trabalho, naquela região.

Ocorre que os garimpeiros estão sendo expulsos daquele local, e não transferidos, como diz a imprensa. A Polícia Federal não permite nem a retirada do maquinário, pois, o prazo dado foi de apenas 2 dias.

E o que é mais grave é que a expulsão dos garimpeiros está sendo feita sob a ameaça de metralhadoras e escopetas. Dentre os que estão sendo expulsos, existem mais de 200 norte-paranaenses, que expulsos da lavoura, foram ao Mato Grosso em busca de melhores condições de vida.

Como pode uma firma, que não é a proprietária das terras, expulsar dali milhares de garimpeiros, uma vez que todo o produto é vendido diretamente à Caixa Econômica Federal?

O que se comenta entre os garimpeiros da região de Alta Floresta é que a Cia. Paranapanema teria a cobertura do Ministério das Minas e Energia.

O inacreditável é que o Governo Federal, através de uma política econômica distorcida, além de contribuir para o desemprego nas áreas urbanas, está conseguindo também desempregar o garimpeiro, usando de verdadeiro banditismo.

Há, ainda, a acrescentar o "Escândalo do Ouro". No eixo Rio-São Paulo, o ouro foi comprado em linquotas a Cr\$... 13.500,00. Na região do garimpo, em Alta Floresta, o mesmo ouro é comprado a Cr\$ 8.020,00. Se no preço de Cr\$... 13.500,00 fosse descontado os doze por cento referente à impureza do ouro em pó, ainda deveria ser pago ao garimpeiro a quantia de Cr\$ 10.530,00 o grama.

Em nome dos brasileiros do Paraná e de outros Estados que procuram no garimpo a solução para o desemprego, é que exigimos das autoridades federais, medidas urgentes no sentido de evitar conflitos de proporções incalculáveis.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-

buições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata, "voto de regozijo" pelas comemorações alusivas ao 37.^o Aniversário de Emancipação Política do Município de Piraí do Sul, levadas a efeito no dia 23 próximo passado.

REQUER, ainda, que desta decisão, seja dado ciência ao Sr. Prefeito Municipal, Marcelo Milleo e ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Christovão Noel Siófi.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL.

JUSTIFICATIVA:

Piraí do Sul, congregando uma população de aproximadamente 25.000 habitantes, tem tido seu destaque na História do Paraná, cuja contribuição maior está na relevância da sua agropecuária, que muito tem concorrido para o fortalecimento da economia paranaense.

Cabe declarar que, além do seu franco desenvolvimento, aquele promissor município foi agraciado com a implantação do Projeto da Usina de Biogás, o único na América Latina e em vias de pronto funcionamento.

Nesta data de júbilo, não poderíamos deixar de manifestar o nosso regozijo e cumprimentos à pessoa do Sr. Marcelo Milleo, Prefeito Municipal, e ao Sr. Christovão Noel Siófi, Presidente da Câmara Municipal, pela realização desse feliz evento.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, sugestão de que determine ao Sr. Secretário de Estado das Finanças, a defesa da posição historicamente adotada pelo Governo do Paraná, junto ao CONFAZ, contra, a tese de tributar a carne de frangos e aves de corte em geral, nos moldes do projeto aprovado por aquele Conselho e que propõe a implantação do ICM somente na Região Sul do País, face à aplicação da medida haver sido postergada até 30 de junho, próximo vindouro.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL.

JUSTIFICATIVA:

Há que se defender a posição adotada pelo Governo do Estado do Paraná junto ao CONFAZ, colegiado que integra todos os Secretários de Fazenda dos Estados do País, contrária à tese de tributar, através do ICM, a carne de frangos e aves de corte em geral, face à disposição daquele Conselho que, resolveu, mais uma vez, postergar até 30 de junho, próximo vindouro, a implantação do tributo nos moldes propostos, e somente na Região Sul.

Compreende os efeitos graves que a medida (tributação) e suas conseqüências negativas ocasionariam ao parque avícola paranaense, desde a primeira reunião até a última, o Governo do Paraná sempre votou contra a aprovação do referido instrumento tributário.

Essa posição adotada muito contribuiu para estimular e desenvolver a avicultura estadual, favorecendo o equilíbrio dessa atividade e proporcionando tranquilidade a produtores e consumidores em todo o Paraná.

A avicultura é uma atividade com características próprias, merecendo uma análise diferenciada, por não apresentar semelhança com a produção intensiva de outras carnes.

Pelo diagnóstico dessa atividade, em especial pela própria tecnologia empregada na produção avícola, é fácil perceber que não há condições de absorver qualquer carga tributária, mesmo por que, se todos os insumos fossem tributados, a produção estaria praticamente isenta.

A adoção desse instrumento tributário sobre a avicultura paranaense, no momento atual, pode trazer sérias dificuldades,

tanto no setor de produção, como no de abate, levando ao risco da inviabilidade econômica da atividade por parte de empresas do ramo, o que contribuiria, ainda mais, para o agravamento da situação social e de desemprego no Estado.

A divisão do Brasil em duas aviculturas, o Sul tributado e todo o restante do País isento do tributo, é medida injusta que não devemos concordar.

O sistema proposto pelo CONFAZ e que prevê tratamentos diferenciados, virá, inclusive, prejudicar os produtores do Sul, pois, certamente, entrará em toda a referida região que querem tributar, produtos sem o ICM, produzidos naquelas regiões de origem, com franca desvantagem de competição, inclusive quanto ao mercado exportador, fonte de divisas que tanto o País necessita e que não deve, agora, ser negligenciada.

Finalmente, vale aduzir, que sessenta por cento da população brasileira não tem poder aquisitivo para adquirir e consumir carnes mais nobres, especialmente a carne bovina. Assim, a carne de aves, como rica fonte de proteínas, configura-se como carne popular mais barata e acessível ao alcance do consumidor de expressivas faixas da população menos favorecidas economicamente, cabendo, pois, ao Governo, preservar tais condições.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência, o Sr. Secretário de Estado dos Transportes do Estado do Paraná, Deputado DENI LINEU SCHWARTZ, apelando no sentido de serem determinadas, através do órgão competente daquela Pasta, urgentes providências visando o asfaltamento da estrada que liga o Município de Juranda a Rancho Alegre D'Oeste, no Município de Goioerê.

Tal asfaltamento é antiga reivindicação da população residente naquela rica região de nosso Estado, a fim de facilitar e ajudar o escoamento das safras agrícolas produzidas e que muito tem contribuído para o progresso econômico paranaense.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da liberação do Prosafrá, para o Município de Mariluz.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Câmara Municipal de Mariluz e considerando que o Prosafrá é um programa voltado para atendimento às Prefeituras para conservação de estradas para escoamento da produção, é que fazemos este pedido ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes. Ainda mais, em um momento em que estamos colhendo uma safra recorde em nosso Estado, e torna-se urgente garantir mais rapidamente o escoamento de nossa produção.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da liberação do Prosafrá, para o Muni-

cípio de MAMBORÊ.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Câmara Municipal de MAMBORÊ, e considerando que o Prosafrá é um programa voltado para atendimento às Prefeituras para conservação de estradas para escoamento da produção, é que fazemos este pedido ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes. Ainda mais, em um momento em que estamos colhendo uma safra recorde em nosso Estado e torna-se urgente garantir mais rapidamente o escoamento de nossa produção.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da liberação do Prosafrá, para o Município de Nova Cantu.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Câmara Municipal de Nova Cantu, e considerando que o Prosafrá é um programa voltado para atendimento às Prefeituras para conservação de estradas para escoamento da produção, é que fazemos este pedido ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes. Ainda mais, em um momento em que estamos colhendo uma safra recorde em nosso Estado e torna-se urgente garantir mais rapidamente o escoamento de nossa produção.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da liberação do Prosafrá, para o Município de Peabiru.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Câmara Municipal de Peabiru, e considerando que o Prosafrá é um programa voltado para atendimento às Prefeituras para conservação de estradas para escoamento da produção, é que fazemos este pedido ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes. Ainda mais, em um momento em que estamos colhendo uma safra recorde em nosso Estado e torna-se urgente garantir mais rapidamente o escoamento de nossa produção.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da liberação do Prosafrá, para o Município de Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Câmara Municipal de Quinta do Sol, e considerando que o Prosafrá é um programa voltado para atendimento da produção, é que fazemos este pedido ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes. Ainda mais, em um momento em que estamos colhendo uma safra recorde em nosso Estado e torna-se urgente garantir mais rapidamente o escoamento de nossa produção.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da liberação do Prosafrá, para o Município de Roncador.

Sala das Sessões, 26 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Câmara Municipal de Roncador, e considerando que o Prosafrá é um programa voltado para atendimento às Prefeituras para conservação de estradas para escoamento da produção, é que fazemos este pedido ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes. Ainda mais, em um momento em que estamos colhendo uma safra recorde em nosso Estado e torna-se urgente garantir mais rapidamente o escoamento de nossa produção.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da liberação do Prosafrá, para o Município de Terra Boa.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Câmara Municipal de Terra Boa, e considerando que o Prosafrá é um programa voltado para atendimento às Prefeituras para conservação de estradas para escoamento da produção, é que fazemos este pedido ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes. Ainda mais, em um momento em que estamos colhendo uma safra recorde em nosso Estado e torna-se urgente garantir mais rapidamente o escoamento de nossa produção.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da liberação do Prosafrá, para o Município de Sertãoópolis.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Câmara Municipal de Sertãoópolis, e considerando que o Prosafrá é um programa voltado para atendimento às Prefeituras para conservação de estradas para escoamento da produção, é que fazemos este pedido ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes. Ainda mais, em um momento em que estamos colhendo uma safra recorde em nosso Estado e torna-se urgente garantir mais rapidamente o escoamento de nossa produção.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da liberação do Prosafrá, para o Município de Ubitatã.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Câmara Municipal de Ubitatã, e conside-

rando que o Prosafrá é um programa voltado para atendimento às Prefeituras para conservação de estradas para escoamento da produção, é que fazemos este pedido ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes. Ainda mais, em um momento que estamos colhendo uma safra recorde em nosso Estado e torna-se urgente garantir mais rapidamente o escoamento de nossa produção.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública, solicitando ao Ilustríssimo Sr. Diretor do Detran, a instalação da 58ª Ciretran - Circunscrição de Trânsito da Cidade de Rondon-Pr., criada desde 1981.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Rondon, atendendo aos seus usuários, assim como aos dos municípios de Guaporema e Indianópolis, apresenta premente necessidade de tal instalação, em virtude do grande número de proprietários de automóveis e pessoas que necessitam de carteiras de habilitação.

Diantes destas justificativas, solicitamos a instalação da 58ª Ciretran, em Rondon.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário do Planejamento, solicitando que o mesmo envie esforços no sentido de incluir Campo Mourão no plano de cidades de porte médio.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão é um dos municípios de maior importância no contexto econômico do nosso Estado, principalmente pela sua localização e pelo seu desenvolvimento agrícola. É necessário que o mesmo seja colocado no plano de cidades de médio porte, para que possa usufruir dos benefícios dos Governos Federal e Estadual, quanto à descentralização industrial e também, pela maior facilidade de obtenção de recursos de infraestrutura para a cidade.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, bem como aos Srs. Secretários de Estado da Administração, do Planejamento e das Finanças, no sentido de que façam gestões para solucionar a situação de centenas de servidores públicos do Estado que fizeram o teste seletivo de ascensão funcional em 1982, foram aprovados, e que até hoje não foram ainda promovidos para os cargos a que concorreram dentro das vagas existentes no Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, estabelecido pela Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Centenas são os funcionários públicos estaduais que fizeram o teste seletivo de ascensão funcional dentro do Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, estabelecido pela Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980. Esse teste, por dis-

posição do Decreto Governamental nº 4.158, de 18 de setembro de 1981, foi feito em três etapas, sendo a primeira no início de 1982, e as demais no dia 1.º de agosto do mesmo ano.

Sem sombra de dúvidas, houve grande elasticidade de tempo ocorrido entre a existência da Lei nº 7.424/80, do Decreto nº 4.158/81, de setembro de 1981, e da data do Edital nº 26/82, da Diretoria Geral da antiga Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, isto é, em 01 de agosto de 1982, e a realização da segunda e terceira etapas desse teste.

Decorre-se desses fatos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que houve intencionalidade política do Governo anterior em se utilizar desse dispositivo legal da Lei do Plano de Classificação de Cargos para tentar tirar proveito eleitoral na promoção desses servidores.

E a confirmação dessa exploração de humildes servidores, justamente em época de eleição, é dada ainda por fatos ocorridos.

Em primeiro lugar, uma grande parte de funcionários prestaram o teste seletivo na primeira etapa, de acordo com o que dispunha o Decreto nº 4.158/81. Após o teste, tiveram seus nomes publicados pelo Edital nº 25/82, de 04 de junho de 1982, Portaria Geral da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, publicada no Diário Oficial do Estado, em 11 de junho de 1982. E somente não receberam vencimentos pela função a que concorreram, nem tão pouco foram promovidos para tais funções. Quando reclamaram ao órgão competente exigindo as promoções e vencimentos, sempre recebiam resposta de que seria solucionado para o mês seguinte. E assim, passaram-se as promessas para os meses de agosto, setembro, outubro e finalmente para novembro, mês das eleições.

Passadas estas, perdidas as majoritárias pelo antigo Governo, a promessa foi descumprida, não obstante o direito legal que lhes assistia.

Em segundo lugar, os que fizeram o teste seletivo no dia 01 de agosto de 1982 e foram aprovados, tiveram seus nomes relacionados no Diário Oficial do dia 13 de agosto, conforme as médias de aprovação e respectivas classificações. Mas, o Governo anterior não se dignou em homologar o resultado final segundo as vagas publicadas no Edital nº 26/82, da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos. Não tendo havido a homologação, não houve, conseqüentemente, promoção desses servidores para as funções a que concorreram, nem tão pouco puderam receber vencimentos relativos às mesmas.

E o que é de estarrecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o Governo anterior, numa demonstração inequívoca de exploração eleitoral, em vésperas das mesmas, utilizou-se principalmente de humildes servidores, a maioria percebendo salário-mínimo. Grande parte desses servidores eram serventes e trabalhadores braçais, à busca de melhor salário e de uma outra função, no Quadro do Poder Executivo do Estado.

Denunciado o fato ocorrido com esses servidores estaduais, apelo ao Excelentíssimo Sr. Governador JOSÉ RICHAR bem como aos Srs. Secretários de Estado José Olímpio de Paula Xavier, da Administração, Belmiro Valverde J, Castor, do Planejamento, e Erasmo Garanhão, das Finanças, para que no mais breve tempo possível viabilizem soluções imediatas da situação funcional desses servidores.

Estas, as razões deste nosso requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, uma vez ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. FRANCISCO PEDRO DO COUTO, ocorrido dia 23/04/83, em Marumbi-Pr.

O extinto era agricultor e um dos fundadores da cidade. Faleceu aos 77 anos de idade, deixando viúva Dona Maria

Pereira dos Reis, 12 filhos, netos e bisnetos.

REQUER, ainda, após aprovação, dê-se ciência do mesmo à família enlutada através da viúva.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado à Secretaria de Estado dos Transportes, no sentido de que efetue a construção de uma estação rodoviária, no Município de Pinhão, tendo em vista que atualmente o terminal está sendo efetuado em um bar que não possui instalações condizentes, proporcionando um desconforto total aos usuários além de ser um ambiente impróprio à frequência de senhoras, senhoritas e crianças.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência à ABI — Associação Brasileira de Imprensa, sobre a campanha publicitária contra o desemprego que vem sendo desenvolvida pelo Jornal "Folha de Londrina", para que essa associação posicione-se no sentido de engajar os seus associados na luta contra o desemprego, espiando-se no exemplo dado pela "Folha de Londrina".

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Num momento como este, em que a sociedade brasileira enfrenta uma das mais graves crises de sua história, com a taxa de desemprego assumindo proporções catastróficas, há que se louvar toda e qualquer iniciativa que vise combater o desemprego, razão pela qual julgamos de suma importância a campanha publicitária de combate ao desemprego desenvolvida pelo Jornal "Folha de Londrina".

Está claro em nossa compreensão que a solução do problema do desemprego passa pela criação de uma política econômica nacional, isto é, voltada para os interesses brasileiros, porém, está claro também, que somente solucionaremos nossos problemas na medida em que todos os setores da sociedade conscientizarem-se da existência dos mesmos e, efetivamente, lutaram para que sejam esses problemas solucionados.

Justifica-se, pois, este requerimento, como incentivo para que a ABI — Associação Brasileira de Imprensa que ao longo de sua história vem se posicionando em defesa intransigente de seus associados, seja na questão da liberdade de imprensa, seja na questão dos atentados às bancas de revistas, engaje-se agora, nesta luta que atinge à toda Nação brasileira.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, solicitando a distribuição imediata de auxílio financeiro às federações de esporte amador do Paraná. Essas federações têm compromissos com o seu calendário próprio, inclusive, para representar nosso Estado em competições de caráter nacional. Supérfluo mencionar, com maiores detalhes, a importância do repasse desses recursos financeiros. Aliás, desde que foi criada a Secretaria da Cultura e do Esporte vem apoiando a prática do esporte, através dos mecanismos adequados, as federações que coordenam cada modalidade esportiva. É o requerimento, do qual solicito se dê ciência às federações amadoras do esporte paranaense.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 37/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ao professor, integrante do Quadro Próprio do Magistério do Estado do Paraná, é assegurado o direito de permanência com 01 (um) ou 02 (dois) padrões de que seja titular, mesmo residindo em outro Estado da União e estando, por conseguinte, impossibilitado de ministrar as aulas a que tem direito no Paraná.

Art. 2.º — O afastamento sem ruptura de vínculo empregatício de que trata a presente lei será concedido, mediante simples requerimento neste sentido e endereçado ao competente órgão da SEED.

Art. 3.º — O direito assegurado pela presente lei restringe-se exclusivamente à manutenção de uma situação funcional e, ressalvados os casos já disciplinados e alusivos a cursos de pós-graduação, não implicará em quaisquer ônus para o Governo do Estado do Paraná.

Art. 4.º — Esta lei vigorará à data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

JUSTIFICATIVA:

Múltiplas têm sido as circunstâncias que têm motivado professores do Paraná a transferirem residência para outros Estados da União. Na maioria dos casos, a situação funcional destes professores acaba evoluindo para o rumo fatal da exoneração por abandono de cargo, dada a total impossibilidade, devido à distância, de virem a lecionar de um Estado a outro da Federação. Ora, não é justo premiar com a exoneração o professor que prestou, anos a fio, excelente folha de serviços à educação no Paraná. A propósito, têm sido frequentes os casos em que, à mercê das impreviões da vida, o professor ausente acaba voltando a residir no Paraná e, uma vez consumada a exoneração por abandono de cargo, ele permanece totalmente à margem do Quadro Próprio do Magistério. A medida ora apresentada visa assegurar um DIREITO e, por outro, desfazer arbítrios, pois que, sem qualquer definição efetiva pelo Estatuto do Magistério Público Paranaense, enquanto a residência fora do Estado do Paraná tem custado a exoneração dos "desprotegidos", em outros casos esta mesma situação tem valido como subterfúgio ideal para a percepção de especiais vantagens sob a forma do apadrinhamento à distância.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente. Esta Presidência registra com satisfação a presença em plenário do Sr. Prefeito de Cidade Gaúcha, Sr. Gilberto Aita, que se faz acompanhar do Dr. João de Lucena, Presidente do PMDB daquele município, também do Presidente da Câmara de Toledo, Vereador Wilmo Barcellos Marcondes e também do Secretário, Vereador Luiz Carlos Schroeder, do Dr. Joaquim Antônio de Lima, Prefeito Municipal de Campina da Lagoa, que se faz acompanhar do Sr. José Antônio Lunardi, Vice-Prefeito e do Vereador Luiz Valim. Registra também a presença do Sr. Vereador Eri Bastos Dutra, de São Miguel do Iguaçu.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos dias atrás, o Deputado Roberto Requião, fazendo uma análise sobre a situação do Paraná, desembocou a sua digressão no problema do desemprego em nosso Estado. E fez um apelo a este Deputado para que retirasse o projeto de lei

que cria o Conselho Paranaense da Política de Emprego, como se esta fosse a solução encontrada por Sua Excelência, para restabelecer o nível de emprego no Paraná e, mesmo, para democratizar o debate nesta Casa de Leis.

Além de entender como anti-ética, a posição do nobre Deputado Roberto Requião, entendendo como restritiva do debate que esta Casa deve fazer, permanentemente, para chegar a conclusões sobre os assuntos de interesse do Paraná. A minha resposta, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, é a formulação na sessão de hoje, de um pedido de regime de urgência para a tramitação desta matéria.

É evidente que o partido do Deputado Roberto Requião, majoritário no Plenário desta Casa, terá o poder de decidir quanto à aprovação ou não desta matéria, da mesma forma, poderemos discutir, exaustivamente, o que se passa com o mercado de trabalho, hoje, em nosso Estado.

O que não me parece justo, nem razoável, nem sensato, numa hora em que todos preconizamos o amplo debate é que, pura e simplesmente, um parlamentar o solicite a outro que abdique, abrogue da sua iniciativa parlamentar. Afinal de contas, uma das funções nossas aqui, é produzir leis, é legislar. Por isso existe toda uma estrutura regimental, que permite a alteração das matérias propostas às suas emendas, até um substitutivo geral que quase pode alterar substancialmente a natureza da matéria apreciada por este Plenário e por essas Comissões Técnicas.

Assim, não retiraremos o projeto de lei que apresentamos, solicitamos hoje o regime de urgência para sua apreciação. E, quero lembrar ao Deputado Roberto Requião que mencionou no seu pronunciamento um conselho criado por ocasião do Governo Jayme Canet Júnior, que existe um Conselho mais recente que não foi também chamado pelo Governador José Richa, e que é o Conselho Estadual de Mão-de-Obra, criado pelo Decreto 1460 ao tempo do Governador Ney Braga. E, Sua Excelência, procurou censurar o ex-Governador, porque não houvera acionado o conselho criado pelo ex-Governador Jayme Canet Júnior.

No entanto, se contradiz implicitamente, porque quando faz a abordagem da matéria, se esquece, que o Governador do Estado hoje, ao se preocupar com o problema do desemprego, mesmo que desempregando funcionários públicos estaduais, recorreu a uma reunião informal de empresários e trabalhadores se esquecendo que existe o Conselho Estadual de Mão-de-Obra, que é, aliás, colocado sob a jurisdição da Secretaria da Indústria e do Comércio.

Vejam, portanto, Vossas Excelências, que existe uma terrível incongruência, na afirmação do Deputado que foi à tribuna. E quero, ao concluir, agradecer o aparte solicitado na ocasião, ao Deputado Roberto Requião, pelo Deputado Luiz Alberto de Oliveira que, na qualidade de Líder da Bancada do meu Partido, procurou na minha ausência justificar, inclusive, a apresentação desta matéria, o que sem dúvida alguma está de acordo com o meu pensamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaríamos de registrar, dado à precariedade, à insegurança de condições da maior parte dos municípios do Paraná, lamentável episódio ocorrido ontem no Município de Atalaia, quando três soldados foram vitimados numa emboscada, por marginais. Três feridos, um dos quais em estado gravíssimo. E afirmar da necessidade que temos de ir ao encontro dos nossos municípios, de propiciar segurança à nossa população e até mesmo aos titulares da segurança, que estão dando suas vidas em situações precaríssimas, para tentar conter uma onda de

violência que a todos avassala e atormenta.

Gostaríamos ainda, nestes breves instantes, de registrar as atividades da CPI da Falência Municipalista, quando hoje foi ouvido o ex-Presidente da Famepar, Dr. Eleutério Dallazen, apresentando juntamente com dados, as condições de precariedade. O município fazendo às vezes de Estado, ou até mesmo de encargos da esfera federal. De tal forma que, através do debate através da discussão, urge reformular e reestruturar uma política de socorro ao municipalismo paranaense.

Mas, além destes aspectos, queremos também usar da tribuna para ler uma pequena passagem, - porque estas passagens sempre são pequenas, do jornal a "Folha de São Paulo":

"PEDIDA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL CONTRA 67 ACUSADOS DO PCB.

A Polícia Federal solicitou o enquadramento na Lei de Segurança Nacional de 67 das 91 pessoas que foram presas em São Paulo, no dia 13 de dezembro último, no auditório da Editora Novos Rumos, sob a acusação de terem participado do VII Congresso do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O Secretário-Geral do Partido, Giocondo Dias, e membros do Comitê Central do Partido, estão entre os indiciados".

Nestes breves minutos, não pretendemos fazer quaisquer análises sobre esta ou aquela ideologia política. Queremos apenas registrar o fato. Entre os nomes pessoas, muitas das quais são conhecidas dos Deputados desta Casa. Queremos apenas afirmar, enquanto se fala, se celebram loas à abertura de um Presidente Figueiredo, pessoas ainda são enquadradas em Lei de Segurança Nacional por se reunirem. O direito de pensar, o direito de se reunir, é inalienável a qualquer estrutura, a qualquer Constituição, a qualquer cidadão humano.

Lamentamos, enquanto as modernas democracias permitem não apenas o direito de agremiação, mas de litigação de todo e qualquer partido que se proponha a realizar uma atividade voltada para os rumos sociais. Enquanto em outros partidos vemos o registro do, no Brasil, proscrito Partido Comunista, assistimos aqui a uma verdadeira caça de seres humanos, em torno dos quais, em razão dos quais se criam toda a sorte de mecanismos de repressão ou de enquadramento nesta ou naquela lei.

Defendemos sobretudo, para todos os segmentos, para todas as correntes de pensamento, o direito inalienável, fundamental e legítimo de se reunirem. Razão pela qual não entendermos a abertura, não entendermos uma fachada democrática, quando a Lei de Segurança Nacional continua da mesma forma como antes, quando se perpetravam os demais atos de exceção, atentando contra pessoas ...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência lamenta, mas comunica que seu tempo está esgotado.
O SR. TADEU FRANÇA — ... por esta ou aquela convicção política.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.
Faz hoje 208 dias que está preso Juvêncio Mazzarollo, enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, lendo o jornal "O Estado do Paraná", de hoje, nos preocupou um título: "Feriado mostrou a austeridade".

"Em Cascavel, os Deputados Antônio Mazureki, coordenador da Bancada do PDS paranaense, na Câmara Federal, e Tércio Albuquerque, vice-Líder do PDS na Assembléia Legislativa, declararam-se impressionados com o festival de mordomias que marca a equipe peemedebista de Governo.

Segundo eles, foi um exagero deslocar três Secretários

de Estado a Toledo, para inauguração da Agência do IAPAS. Os Secretários do Interior, Assuntos Comunitários, Indústria e Comércio, que viajaram a Toledo.

Srs. Deputados, vamos ler um telex enviado ao jornal "O Estado do Paraná", Curitiba. (Lê):

"DESMENTIDO À INFORMAÇÃO TENDENCIOSA"

"A Bancada do PMDB na Câmara Municipal de Toledo, representada pelos Vereadores Wilmo Marcondes, Presidente da Câmara, e Luiz Carlos Schroeder, primeiro Secretário da Câmara, a bem da verdade, vem esclarecer o que segue:

1. A edição de hoje do Jornal "O Estado do Paraná", traz em sua primeira página, sob o título "feriado mostrou a austeridade", informações que não correspondem à verdade, senão vejamos:

2. Os Deputados Antônio Mazurek e Tércio Albuquerque, ambos do PDS, informaram ao jornal que três Secretários de Estado, Nelson Friedrich, Francisco Simeão e Antenor Bonfim, deslocaram-se da Capital para participarem das solenidades de inauguração da Agência do IAPAS em Toledo.

3. Tal afirmação não corresponde à verdade, pois tais Secretários estiveram em Toledo no último sábado, dia 23, onde na Associação Comercial e Industrial desta cidade expuseram à população toledana seus planos de trabalho. Tal exposição não teria outro forum de debates, como quiseram os referidos Deputados, vez que a exposição destinava-se principalmente aos empresários de Toledo e região.

5. Por outro lado, a inauguração da agência do IAPAS ocorreu ontem, dia 25, em Toledo. Nessa solenidade não esteve presente nenhum Secretário de Estado, do Governo Richa. Pelo contrário, quem se deslocou para o interior do Estado, à custa do dinheiro público, foram três Superintendentes da Previdência Social, respectivamente do IAPAS, INPS e INAMPS.

6. Isto prova o nítido propósito do jornal "O Estado do Paraná" em formar o engodo, a mentira, a falsidade, com o objetivo de ludibriar seus leitores e jogar a opinião pública contra o Governador José Richa, eleito com o apoio de quase dois milhões de eleitores.

7. Apesar do jornal querer colocar, mentirosamente, o Governo Richa como uma administração sem austeridade, isso não acontecerá, pois o PMDB não repetirá os erros cometidos pelo Governo corrupto do PDS, que malversou o dinheiro do povo durante tantos anos.

8. Que este desmentido sirva de alerta à opinião pública para que ela não dê credibilidade a uma oposição estéril, facciosa e doentia comandada por um pretenso Líder, Sr. Paulo Pimentel, que procura por todos os meios angariar simpatia para uma causa perdida, contrária às causas populares. Aliás, o Paraná já conhece muito bem o passado político incoerente do dono daquele jornal.

Toledo, 26 de abril de 1983."

Assinam, Vilmo Barcelos Marcondes, Presidente da Câmara e Luiz Carlos Schroeder, Secretário."

É o que nos preocupa, as notícias que são informadas aos jornalistas, erroneamente. E que esses profissionais de imprensa, utilizem essas informações errôneas, julgando aquilo que não têm conhecimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE -- (Trajano Bastos) Esta Presidência tem a satisfação de anunciar em plenário as presenças dos Srs. Vereadores Raul Reis, Presidente da Câmara Municipal de Pinhão; Evandro Teixeira Lima, Vice-Presidente, e Evaldo M. Caldas, de Pinhão.

Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Ferrari Júnior, no Pequeno Expediente.

O SR. FERRARI JÚNIOR -- Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Sr. Governador do Estado, Secretários de Estado da Administração, do Planejamento e das Finanças, no sentido de que façam gestões para solucionar a situação de centenas de servidores públicos do Estado que fizeram o Teste Seletivo de Ascensão Funcional em 1982, foram aprovados e que até hoje não foram ainda promovidos para os cargos que concorreram, dentro das vagas existentes no Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, estabelecido pela Lei n.º 7424, de 17 de dezembro de 1980.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

JUSTIFICATIVA:

Centenas são os funcionários públicos estaduais que fizeram o teste seletivo de ascensão funcional dentro do Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo, estabelecidos pela Lei 7424, de 17 de dezembro de 1980. Esse teste, por disposição do Decreto Governamental número 4158, de 18 de setembro de 1981, foi feito em três etapas, sendo a primeira no início de 1982, e as demais no dia 01 de agosto do mesmo ano.

Sem sombra de dúvidas, houve grande elasticidade de tempo ocorrido entre a existência da Lei 7424/80, do Decreto 4158/81, de setembro de 1981, e a data do Edital 26/82, da Diretoria Geral da antiga Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, isto é, em 01 de julho de 1982, e a realização da segunda e terceira etapas deste teste.

Decorre-se desses fatos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que houve intencionalidade política do Governo anterior à se utilizar desse dispositivo legal da Lei do Plano de Classificação de Cargos para tentar tirar proveito eleitoral na promoção desses servidores.

E a confirmação dessa exploração de humildes servidores, justamente em época de eleições, é dada por fatos ocorridos.

Em primeiro lugar, uma grande parte de funcionários prestaram o Teste Seletivo na primeira etapa, de acordo com o que dispunha o inciso I do Art. 3º. do Decreto 4158/81. Após o teste, tiveram seus nomes homologados pelo Edital 25/82, de 04 de junho de 1982, da Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, publicado no Diário Oficial do Estado, em 11 de junho de 1982. E até hoje, não receberam vencimentos pela função a que concorreram, nem tão pouco foram promovidos para tais funções. Quando reclamavam ao órgão competente exigindo as promoções e vencimentos, sempre recebiam resposta de que seria solucionado para o mês seguinte. E assim passaram-se as promessas para os meses de agosto, setembro, outubro e finalmente para novembro, mês das eleições.

Passadas estas, perdidas as majoritárias pelo antigo Governo, a promessa foi descumprida, não obstante o direito legal que lhes assistia.

Em segundo lugar, os que fizeram o Teste Seletivo no dia primeiro de agosto de 1982 e foram aprovados, tiveram seus nomes relacionados no Diário Oficial do dia 13 de agosto, conforme as médias de aprovação e respectivas classificações. Mas o governo anterior não se dignou em homologar o resul-

tado final segundo as vagas publicadas no Edital número 26/82, da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos. Não tendo havido a homologação, não houve conseqüentemente, promoção desses servidores para as funções a que concorreram, nem tão pouco puderam receber vencimentos relativos às mesmas.

E o que é de estarrecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o Governo anterior, numa demonstração inequívoca de exploração eleitoreira, em vésperas das mesmas, utilizou-se principalmente de humildes servidores, a maioria percebendo salário mínimo. Grande parte desses servidores eram serventes e trabalhadores braçais, à busca de melhor salário e de uma outra função no Quadro do Poder Executivo do Estado.

Denunciado o fato ocorrido com esses servidores estaduais, apelo ao Excelentíssimo Sr. Governador José Richa bem como aos Srs. Secretários de Estado José Olímpio de Paula Xavier, da Administração, Belmiro Valverde J. Castor, do Planejamento, e Erasmo Garanhão, das Finanças, para que no mais breve tempo possível viabilizem soluções imediatas da situação funcional desses servidores.

Estas as razões desse nosso requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência tem a satisfação de anunciar as presenças, em plenário, dos Srs. Vereadores José S. Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Quitandinha, Jorge da Silva Freitas, Hilário Gonçalves do Valle, como também as presenças do Presidente Romiro Rocha, que se faz acompanhar dos Vereadores Donizetti Siena, Presidente da Câmara Municipal e dos Vereadores Ricardo Paulino e Lúcio Sanches.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Nós, como é do conhecimento de quase toda a cidade, mantemos um comentário diário na Rádio Independência desta Capital, e ali temos recebido quase que semestralmente, cartas de pais de alunos matriculados em colégios particulares, cartas desesperadas, reclamando contra exigências absurdas no uso do uniforme escolar.

Sabemos que este é um assunto que tem, realmente, preocupado todos os senhores pais que têm filhos matriculados não só nos estabelecimentos particulares de ensino, mas até nos estabelecimentos públicos.

Entretanto, a Secretaria de Educação, através de portaria assinada pelo ex-Secretário, Edson Machado, no Governo anterior, disciplinou o uso do uniforme, restringindo-o ao mais simples possível, ao tecido mais barato possível.

Mas, lamentavelmente, essa portaria não abrange os estabelecimentos particulares de ensino. Neste sentido, estou encaminhando à consideração da Casa, o seguinte requerimento: "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de veemente apelo, dirigido à Excelentíssima Senhora Ministra da Educação, Esther Figueiredo Ferraz, consubstanciado nos seguintes termos:

"Senhora Ministra:

A quadra presente está a exigir de todos os brasileiros austeridade nas despesas orçamentárias domésticas. Mesmo assim, persistem alguns na idéia pouco salutar de onerar, ainda mais, os encargos familiares.

É a triste realidade implantada nos estabelecimentos particulares de ensino do Estado do Paraná, onde a par do alto custo das mensalidades escolares, ainda é exigido dos alunos, a

utilização de uniformes caríssimos para a frequência às aulas, indumentária esta determinada pelas direções dos colégios dentro de modelos, padrões e cores, só produzidos por empresas que comerciam etiquetas de renome, a custos insuportáveis para os poucos recursos disponíveis pelos que deles se utilizam.

Assim, nossa maior preocupação sobre o assunto é a de apelar veementemente a Vossa Excelência, no sentido de serem utilizados nestes estabelecimentos particulares, uniformes padronizados, de reduzido custo, em compatibilidade com a capacidade aquisitiva de todas as bolsas, sem distinção.

Na certeza de sua atenção para este problema emergente e na confiança em seu alto espírito público e discernimento, o povo paranaense, por seus lúdimos representantes, externa a Vossa Excelência sua integral solidariedade ao tempo em que aplaude suas boas iniciativas frente à importante Pasta da Educação".

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983."

É o requerimento que encaminharemos à Mesa e esperamos a compreensão dos ilustres Srs. Deputados.

Ouvi, há poucos instantes, o nobre Deputado Sabino Campos proceder a leitura de um memorial de companheiros seus do Município de Toledo.

Não queremos entrar no mérito nem da denúncia e nem do memorial, como também não queremos fazer a defesa do ex-Governador Paulo Pimentel, porque ele não precisa de defesa; sua administração foi uma das mais fecundas conhecidas pelos paranaenses, em todos estes anos, mas esqueceu o nobre Deputado Sabino Campos de se reportar a outra notícia do jornal: é que, duas Caravan, com placa oficial, placas CE 4782 e CE 7115, estavam veraneando no litoral, com senhoras e crianças. Também o outro assunto do qual não se pode culpar o Governador do Estado e muito menos um Secretário de Estado, porque estas coisas fogem realmente à fiscalização da autoridade maior, mas me chamou a atenção porque, logo no início dos trabalhos desta Casa, o Deputado Alencar Furtado desta tribuna, mostrou-se indignado com o fato de, funcionários da Fundação Hospitalar estarem procedendo serviços de reparos na residência de um dos Diretores daquela Fundação, também no litoral paranaense; imediatamente o Governador Hosken de Novaes determinou sindicância, apurou que realmente eram verídicas as denúncias...

O SR. PRESIDENTE — (Adhail Sprenger Passos) Esta Presidência informa o nobre Deputado, que o seu tempo está esgotado.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O que nos traz hoje à tribuna como fator principal.

O Sr. Erondy Silvério — Deputado Gabriel Manoel, lamento interrompê-lo já no início do seu pronunciamento, mas gostaria que Vossa Excelência me concedesse um aparte, para que eu complementasse o assunto que me levou à tribuna, no Pequeno Expediente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência tem o aparte, Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Dizia que, na oportunidade, o Governador Hosken de Novaes determinou uma sindicância e verificou que as acusações feitas pelo nobre Deputado Alencar Furtado na tribuna desta Casa, eram verdadeiras e determinou a imediata demissão do funcionário responsável; entretanto, estranhei, e me inscrevi como último orador, no Pequeno Expediente. Estranhei o comportamento do nobre Deputado Alencar Furtado que, naquela oportunidade, propôs-se a ser guardião da moralização dos costumes da administração do novo Governo, não ter vindo hoje à tribuna, cobrar com igual ênfase,

o fato denunciado pelo jornal "O Estado do Paraná", que não sei se é verdadeiro. Quero fazer esta ressalva.

O nobre Deputado Ferrari Júnior apresenta um requerimento hoje à Casa, ao qual me associo.

Ele faz um apelo ao Sr. Governador José Richa, para que processe as promoções resultantes daquele teste realizado pela Secretaria dos Recursos Humanos.

Inadvertida ou maliciosamente, procura jogar no Governo anterior, a culpa de não ter feito essas promoções, dizendo que o Governo apenas se valeu de um período pré-eleitoral — injustiça, das maiores. Porque o ex-Governador Hosken de Novaes, até para descontentamento de nossos companheiros, foi um verdadeiro magistrado, nas últimas eleições, conduziu os negócios do Estado com isenção, com a mais absoluta imparcialidade.

E por que ele não determinou as promoções?

Porque, dentro daquele seu critério de não onerar, porque nenhuma contratação fez, nenhuma admissão fez em seu período, em não onerar o futuro Governador José Richa, já então conhecidos os resultados das eleições de 15 de novembro, deixou que essas promoções fossem efetuadas pelo futuro Governador, porque a folha do Estado, é bom que se saiba — o Estado despende só com a folha de vencimentos, 13 bilhões e 500 milhões mensais.

Então o Governador José Hosken de Novaes deixou para o futuro Governador essas promoções, que vai dizer ou não da conveniência de realizá-las.

Queria corrigir essa injustiça que, inadvertidamente, deve ser inadvertida, ou maliciosamente cometeu o nobre Deputado Ferrari Júnior.

Agradeço a Vossa Excelência e peço desculpas por perturbar seu raciocínio.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência, Deputado

Erondy Silvério, só nos orienta, só nos estimula, para que o Paraná saiba e confirme a verdade, porque Hosken de Novaes, um Governo tranqüilo errou, errou em não fazer o que ele poderia ter feito, ao dar ao funcionalismo a justa e referida causa e o direito inalienável que o funcionalismo tinha, preocupou-se em deixar o Estado com as burras cheias para o atual Governo, para agora virem os Deputados do PMDB a clamar, a justificar o injustificável...

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Já lhe concederei, Deputado, apenas preciso alinhar o meu raciocínio.

Então, dizíamos que Hosken de Novaes ao invés de dar aos funcionários o que eles tinham direito, deixou na esperança que o Governador José Richa desse a César o que é de César, porque Hosken de Novaes, contrariando as nossas idéias, deu uma miséria de aumento aos funcionários, pensando na promessa dos falsos "messias", pensando que as promessas fossem cumpridas

O que vemos hoje aliados neste contexto dos funcionários públicos, onde estão as promessas de campanha, onde estão as promessas dos homens sérios, Sr. Presidente, onde estão as promessas dos falsos "messias"? Onde está o benefício que haveria de cair do céu para o funcionalismo paranaense? Onde estão os homens enclausurados que não dizem qual a percentagem que vão dar aos funcionários públicos? Dizíamos que a esperança é a última que morre. Coitados dos funcionários, iludidos e tapeados por um homem, que não vamos dizer sem experiência, mas no afoitismo de pegar o Governo, prometeu o que não podia cumprir.

Porque nós, do PDS, só prometemos o que poderíamos cumprir, porque cumprimos o que prometemos. Onde está, Sr. Presidente, onde estão os salvadores da pátria, onde estão,

imprensa do meu Paraná, os homens que nos palanques...

Um Sr. Deputado — Muito bem, Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — ... dariam tudo, Sr. Presidente, e pediria a Vossa Excelência que dissesse ao jovem culto e ilustre que tivesse paciência que chegará sua vez, porque até a araruta tem seu dia de mingau.

Sr. Presidente, dizíamos antes de sermos interrompidos por este jovem intelecto e ilustre: onde estão os falsos "messias" que iam aos palanques a tapear o povo? A iludir o povo que dariam tudo aos funcionários públicos? Onde estão os 70 por cento prometidos? O 13o. Salário? Onde está? Sumiu. Evaporou-se. Porque na vida tudo é efêmero, e efêmeras são as promessas dos homens do lado de lá, dos homens que na vontade férrea de pegar o poder, não vão poder cumprir com 5 ou 10 por cento do que prometeram.

E é isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nos desencanta, que nos desilude da classe política paranaense. Apenas para complementar meu raciocínio, veio moço, o Deputado Sabino, atirar pedras num dos líderes paranaenses que é Paulo Pimentel, num dos homens que muitas e muitas vezes desta tribuna, nós discordamos. Mas a sua liderança incontestável, porque inclusive foi namorado pelo povo do PMDB para ser Prefeito de Curitiba.

Não vamos admitir neste instante que se atire pedra num homem como Paulo Pimentel, líder incontestável, que nas urnas, quando candidato a Deputado Federal, teve uma votação expressiva, como Governador do Estado também, das maiores, derrotando um grande paranaense que foi Bento Munhoz da Rocha Neto.

Esse homem pode ser criticado, esse homem pode ser criticado mas não pode ser aliado, não pode ser massacrado sem uma vez que o defenda e que defenda dentro dos parâmetros da democracia. Onde estão os homens do PMDB que namoravam Paulo Pimentel, esconderam-se nas sombras e nas sombras daqui três anos, haverá de ter os seus lugares.

Sr. Presidente, Vossa Excelência, por gentileza, me assegure a palavra, porque neste instante, quando defendemos um homem como Paulo Pimentel, um homem autêntico, um homem honesto, que tem o seu jornal a serviço do povo. Quantas e quantas vezes o jornal de Paulo Pimentel não defendeu os homens do PMDB e do MDB dentro desta Casa, e nos calam, porque a verdade tem que ser dita.

Agora, quando Paulo Pimentel diz a verdade, quanto aos donos do Poder, contra o despotismo, então aí vem chuva de pau em cima dos homens. Por que antes, Sr. Presidente, povo do Paraná, não vinham os homens do MDB e do PMDB a falar mal de Paulo Pimentel?

Porque estava servindo a sua grei e nós do PDS e da ex-ARENA, de Paulo Pimentel, a Jayme Caner e a Ney Braga, sempre estivemos na trincheira da democracia. Ou bem ou mal, Sr. Deputado, haveremos de mostrar a verdade. O Governo de Vossas Excelências é efêmero, é igual uma bolha de sabão, que está a explodir dentro do próprio contexto da política de Vossas Excelências...

O Sr. Alencar Furtado — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — ... e daqui há quatro anos, haveremos de mostrar quem é Paulo Pimentel, quem é Cândido Manoel Martins de Oliveira. Haveremos de mostrar que o povo vai estar conosco, porque "errar é humano, e perdoar é divino".

O Sr. Dirceu Manfrinato — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Esta Presidência assegura a palavra ao orador que está na tribuna. Se ele quiser oferecer apartes o fará, caso contrário, tem o direito de não oferecer.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Paulo Pimentel foi um homem que foi namorado pelo PMDB até para ser prefeito de Curitiba, mas porque ele não cedeu, hoje Paulo Pimentel é um homem que não serve mais. Para nós toda a vida serviu, porque foi um político honesto e honrado. Paulo Pimentel, dentro de sua tese política, defendeu os ideais da democracia. Paulo Pimentel hoje é uma “pedra no sapato do PMDB”.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

É com muito prazer e honra que pela primeira vez dialogo com o ilustre Deputado Gabriel Manoel, uma das maiores expressões deste Poder...

O SR. GABRIEL MANOEL — Encantado.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — ... enviado pelo voto popular, a trabalhar em prol dos moradores de sua região. Elogio e aplaudo o ilustre Deputado pelo brilhante discurso, embora falso em suas assertivas.

O SR. GABRIEL MANOEL — Deputado Furtado, Vossa Excelência disse, não entendi bem, disse “falso”?

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Parabenizo o ilustre Deputado pela brilhante oratória, embora as assertivas sejam falsas...

O SR. GABRIEL MANOEL — Talvez, quiçá...

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Mas Vossa Excelência tem direito, assegurado pela Constituição, de dizê-las como bem quiser e como bem entender.

Só gostaria de dizer ao ilustre Deputado que, num aparte recebido por Vossa Excelência, fui denominado guardião da moralidade pública. Quando em oportunidade outra, com documentos sobejos, provei e comprovei a desonestidade de funcionários da Fundação Caetano Munhoz da Rocha Neto e por causa desta documentação eles foram excluídos, exonerados por desonestidade naquela Fundação.

A minha posição, ilustre Deputado...

O SR. GABRIEL MANOEL — Perdoe-me, deixe-me complementar. Como se exonera uma pessoa sem justa causa?

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Permite-me? Foi comprovada a desonestidade.

O SR. GABRIEL MANOEL — Mas, onde?

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Através de um inquérito administrativo feito em 48 horas. E foram apuradas as denúncias por nós formuladas.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência tem razão. Não quero discursos paralelos. Com todo o respeito que lhe tenho, Vossa Excelência acha que Nuremberg voltou ao Paraná? O nazismo voltou ao Paraná? A Rússia voltou ao Paraná? Agora me diga Vossa Excelência dos funcionários que tiveram suas Caravans...

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — É disto que eu gostaria de falar. Eu ...

O SR. GABRIEL MANOEL — Onde estão as mordomias de Foz do Iguaçu, que vem um Deputado representante de Foz do Iguaçu dizer que Paulo Pimentel é corrupto. Onde estão as mordomias? Onde foi aplicado o dinheiro do povo, que deve ser aplicado em benefício do próprio povo?

Vossa Excelência tem razão, onde estão as Caravans, com o dinheiro seu, meu?

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Gostaria de manter o diálogo, se o ilustre Deputado permitir.

O SR. GABRIEL MANOEL — Gostaria de dizer a Vossa Excelência que dois pesos e duas medidas” não podem existir no Paraná. Se Vossa Excelência quer fazer um governinho paralelo, o problema é seu e do seu Governador. Haveremos de estar aqui a defender nossos companheiros.

Nunca viemos aqui defender Paulo Pimentel quando ele era atacado, muitas vezes, por companheiros nossos ou de Vossas Excelências. Mas, hoje um homem que fala a verdade, um homem que está colocando “uma pedra no sapato” do Governador José Richa, que não pode ser alijado, não pode ser massacrado; Vossa Excelência quer dois pesos e duas medidas, Deputado! Era outro o conceito que eu fazia de Vossa Excelência...

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Se Vossa Excelência deixasse eu concluir o seu aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — ... Um conceito que caiu por terra, perdoe-me Cristo, ...

Sr. Presidente, por favor, me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência assegura-lhe a palavra, nobre Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Deputado, dentro do complexo democrático, deixem-me continuar o meu raciocínio.

Deputado Osvaldo Alencar Furtado, o juízo que eu fazia de Vossa Excelência era outro. Vossa Excelência sempre esteve no meu conceito, como seu irmão, meu amigo e dos grandes tribunos que passaram por esta Assembléia. Veja bem, Vossa Excelência, como o PMDB quer dois pesos e duas medidas. Em trinta dias, quanta corrupção não houve, dentro do seu Governo. São caminhonetes, indo e vindo para as praias ... para fazer benefícios para o povo... é muito justo. Vamos nos calar. Cale Paulo Pimentel, cale o seu jornal; cale-se todos porque o poder mais alto se levanta; é o poder da patrulha. É o poder dos homens que esqueceram que Hitler caiu! Hitler, o grande ditador, que queria dominar o mundo. Caiu por causa dessas patrulhas. A patrulha anti-democrática; a patrulha que veio a esta Assembléia, que veio a este Governo.

Sr. Presidente, o único que nós respeitamos como Governador do Paraná, chama-se José Richa e a ele cabe discernir o certo do errado. Se ele errar, vai ser problema dele e problema de sua grei. Porque a nós, apenas nos cabe defender dentro das nossas prerrogativas que a lei nos oferece. Agora, não é possível vir uma plêiade de jovens aqui, entusiasmados, por quererem acertar o problema do Paraná, se não acertam nem o de sua própria casa.

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Deputado Gabriel Manoel, muito obrigado.

Queria dizer a Vossa Excelência que no seu pronunciamento, Vossa Excelência está colocando dentro do contexto atual, das coisas, na realidade o que está se passando dentro deste nosso Paraná.

Vossa Excelência reclamava, há poucos minutos, pelo aumento do funcionalismo, que foi dado em pregação mentirosa, por palanques no nosso Paraná todo. Queria também reforçar o pedido de Vossa Excelência para que o Governo José Richa prometa também o que cumpriu na famosa reunião feita na Igreja de Guadalupe, com os inativos do Paraná, quando ele disse que iria dar o aumento aos inativos do Paraná e a própria Bancada do PMDB na Assembléia votou favorável ao adiamento de um projeto que já estava tramitando por esta Casa para serem aumentados os efetivos.

Está se colocando e posicionando muito bem, nobre Deputado, quando Vossa Excelência combate as próprias palavras do PMDB, que tanto falaram em corrupção; e quais serão as medidas adotadas por uma denúncia feita há poucos minutos, por jornais e por um Deputado do PDS, a respeito de Caravans do Estado, passando fim de semana no litoral paranaense. De mordomias do Estado, em Foz do Iguaçu.

Queria saber também, qual o pronunciamento que será da-

do nesta Casa, pela Mesa Executiva, composta pelo PMDB, sobre o dinheiro aplicado dos 15 milhões de cruzeiros a uma firma para fazer uma reforma administrativa. Porque até agora não recebemos nada de oficial. Apenas ainda recebemos a pecha de que PDS é corrupto! E o que está feito agora, de que PDS é entreguismo; e onde fica a situação dos dois Senadores da República do PMDB, um de empregar seu irmão, seu cunhado, e mais um irmão, dentro de órgãos públicos do Paraná?

Porque, isto o PMDB não vem falar, porque isto não vem falar aqui, que também estão em trinta dias dando condições de entreguismo, os que brigaram em trinta anos quando tivemos com o poder.

Acho que o PMDB deve, neste momento, Deputado Gabriel Manoel, ontem eu escutava as discussões de requerimentos nesta Casa, parar de entrar com requerimentos nesta Casa, assumir a responsabilidade que são um poder hoje. "Sair de baixo da saia da mãe" e ir trabalhar em favor do povo e bater nas portas das Secretarias de Administrações diretas ou indiretas, é muito bonito, é muito bom "fazer festa em casa alheia". Por que os nobres Deputados do PMDB que sempre combateram corrupção no Estado, que sempre combateram a corrupção, sem no entanto apontar e dar "nomes aos bois", sempre combateram o entreguismo, sempre combateram as mordomias, por que agora não vão àquela tribuna do outro lado falar a respeito das mordomias, das corrupções e do entreguismo que aí existem em nosso Estado?

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Deputado Jorge Maia Filho, é aquele adágio antigo, popular: "faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço."

Estão, eles estribados, os meninos vindos de todas as plagas paranaenses, com o afoitismo, com a euforia de acertar o que está errado; esquecem-se de acertar a sua própria casa; de combinar as diversas correntes dentro do seu partido. Deputado Jorge Maia, não vou entrar no mérito, porque é problema deles. Como observador, Deputado Jorge Maia, e como observador com os cabelos encanecidos, vejo o tumulto, vejo um caldeirão efervescente que eles não conseguem se entender, porque não é cabível, não é possível na idéia de uma criança que se venha aqui pedir Prosafrá, pedir reclassificação; como se nós tivéssemos autoridade como tínhamos como Deputados, de ir aos Secretários diretamente para pedir que se fizesse a reclassificação, para que se desse as benesses que os funcionários públicos têm de direito!

Isto, Sr. Presidente, isto, Srs. Deputados, é papel da Oposição. Agora, a prova da experiência, ou talvez, a maldade ou a malícia dos Deputados do PMDB que vêm à tribuna para, falsamente, como falsos "Messias" pedir coisas que eles têm direito. Porque, no meu tempo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando o Secretário não me atendia, eu metia o pé na porta, porque, naquela época, Sr. Presidente, nós éramos Governo. Para o autoritarismo, perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência assegura a palavra ao orador que está na tribuna. Só ele pode conceder apartes. Está com a palavra o orador que está na tribuna.

O SR. GABRIEL MANOEL — Requeiro a Vossa Excelência que desconte os minutos tumultuados pela douda, ilustre Bancada do PMDB.

Era o autoritarismo, mas mandava quem podia e obedecia quem precisava. Vossas Excelências estão dando a demonstração de que não têm vez nas Secretarias de Estado. Vossas Excelências, como perdão da palavra, estão passando o atestado de burrice, porque aqui não é lugar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de se vir lamentar e "chorar o leite derramado".

Vão às Secretarias e exijam o seu direito. Não peçam favores, pleiteiem o direito que o Deputado tem de defender a sua terra e a sua gente; pleiteiem lá com os seus Secretários. Dizia um caboclo: "onde quebra o pote, procure a rodilha". Vão procurar a rodilha lá na Secretaria e não fazer desta Assembléia um muro de lamentações.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Odeni Mongruel.

O SR. Odeni Mongruel — Agradeço ao Deputado Gabriel Manoel a concessão deste aparte. Acompanhava a sua atuação da tribuna neste dia, Deputado Gabriel Manoel, e, ao mesmo tempo, pensava aqui comigo, da sua posição sempre intransigente, na defesa das coisas do povo deste Estado.

Não é a primeira vez que Vossa Excelência, na atual Legislatura, ocupa esta tribuna e reivindica em favor do funcionalismo público estadual. Tantas coisas compuseram a sua fala nesta tarde, mas a mim chamou a atenção, de modo muito especial, a sua preocupação, que é a preocupação de todos nós, em torno da defasagem salarial que vem vivendo o servidor público deste Estado.

Sabemos que a inexistência de um critério real e permanente para correção de salários e vencimentos do servidor público no Paraná, vem contribuindo consideravelmente para a perda do valor aquisitivo, para a diminuição da força do salário do servidor deste Estado.

Ainda recentemente, ocupando a mesma tribuna, Deputado Gabriel Manoel, levantamos a questão, sugerindo, respeitosamente, ao Sr. Governador do Estado, José Richa, para que Sua Excelência adotasse um critério real e permanente. Sugerimos, por exemplo, adoção do INPC adotado pela Legislação Federal e que atinge, aqui no Estado do Paraná, os servidores da administração indireta.

Porém, o servidor público que tem a sua vida funcional regida pelo diploma do Estatuto está realmente sendo, neste instante, prejudicado sensivelmente.

Se nos reportamos aos percentuais fixados pelos Governos anteriores, nos anos de 80, 81 e 82, e que, respectivamente, influenciaram na fixação de salários e vencimentos de 81, 82 e 83, verificaremos nesse confronto, a perda do poder aquisitivo do salário do servidor público estatutário, na ordem de 52,15 por cento.

Então, quando Sua Excelência ocupa esta tribuna e levanta esta questão, não poderíamos tomar outra posição, senão a de vir a ...

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência informa que o horário do Grande Expediente encerrou e consulta a Liderança do PDS se concede mais alguns minutos ao orador que está na tribuna.

(A liderança concede ao orador mais 5 minutos).

Está concedido.

O SR. GABRIEL MANOEL — Requereria ao nobre Deputado que ora exerce a Presidência, que descontasse os dois minutos de tumulto.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa que o horário é improrrogável.

O SR. GABRIEL MANOEL — Dizíamos nós, Sr. Presidente, que com raras exceções - porque diz um provérbio "não há regras sem exceção" - ou o pessoal do PMDB está perdido no tempo e no espaço ou, então, eles não têm vez ou não sabem ainda, não desencarnaram da Oposição.

Eles poderão ir às Secretarias, com livre acesso, ao invés de dar um enxurilho de papelamas que só serve para demagogia, vão às Secretarias, e peçam, implorem em nome daquele povo que Vossas Excelências representam, em nome daquele povo humilde, da esperança do Paraná, que é esta juventude,

esta plêiade de jovens que representam, hoje, o Governo do Estado.

Não venham com palhaçada e papagaiada a pedir coisas que é do feitio da Oposição, que é do feitio nosso, que hoje temos o direito de pedir que dêem o Prosafrá para Congonhinhas, para os nossos Prefeitos que estão comendo casca de pau.

Agora vem esta juventude, no afã da demagogia, talvez, ou muito sabidos, ou menos intelectuais, pedir para que se dê Prosafrá, pedir para que se dê reclassificação. Isto é abusar, Sr. Presidente, é abusar da boa-fé dos inocentes, isto é tripudiar, Sr. Presidente, da boa-fé do povo paranaense. Esta juventude que talvez não tenha a felicidade que nós tivemos de vir por cinco vezes consecutivas a esta Casa, eles têm o diploma, mas na prática, eles têm que estudar, têm que calejar os ombros, têm que sofrer, têm que saber que um Deputado da Situação não precisa andar de chapéu na mão, que um Deputado da Situação reivindica os seus direitos, faz prevalecer os seus direitos perante o seu Governador, perante os intocáveis Secretários de Estado, faz prevalecer, Sr. Deputado, saiba o que eu digo, Sr. Deputado. Ontem, o Deputado Aníbal Khury dizia palavras do Presidente Kennedy, que uma ordem não basta ser dada, é preciso que ela seja cumprida. Que isto lhe sirva de lição, que sirva de lição aos Srs. Deputados jovens, aos Srs. que querem salvar o Paraná, aos Srs. professores de Deus, aos Srs. que querem fazer tudo, pelo Paraná. A Vossas Excelências, apenas um conselho de um homem mais idoso que os Srs.: não venham mais com esta "papagaiada", que isto é uma carta marcada na História do Paraná e da nossa política. Não venham mais. Vão às Secretarias. Se Vossas Excelências, talvez por preguiça, por inércia ou porque talvez tenham medo dos ganhões, peguem a espora e vão nos ganhões, exijam que os ganhões façam o que os Srs. precisam, não venham aqui passar pela humilhação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não venham aqui passar pela humilhação com requerimentos esdrúxulos, requerimentos que, a certeza eu tenho, irão às cestas de lixo dos Secretários do estilo do seu ganhão. Vossas Excelências têm medo? Então escutem a última palavra, neste instante, plagian-do Rui Barbosa: "covarde é aquele que se dá por vencido". E sei que Vossas Excelências não são covardes. Vão às Secretarias. Se preciso fôr, metam o pé na porta, mas não venham aqui, bancar os anjinhos, "anjinhos do pau oco" aqui, meus irmãos. Vamos pleitear aquilo a que temos direito, vamos "dar a César o que é de César", porque 3 anos passam de pressa e Vossas Excelências vão ser julgados pela opinião pública.

Então, Excelência usem o exemplo típico de um homem que talvez esteja saindo da política: façam prevalecer o direito que o povo lhes outorgou.

Obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Por cinco minutos, a palavra ao Deputado Erondy Silvério, aliás, por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência quer registrar, com satisfação, a presença neste plenário, do Presidente da Câmara Municipal de Santa Helena, Sr. Octávio Gudkoski, do Vereador José Alves Cabral, do Vereador Ênio Bonn, de Santa Helena, do Prefeito Municipal de Santo Antônio do Paraíso, Prefeito de Nova Londrina, Sr. Arlindo Troian, do Prefeito de Diamante do Norte, Sr. Manoel da Silva, dos Vereadores Miguel Pereira, Édison Petrowski e Sérgio Bino, Vereadores de Roncador.

Esta Presidência gostaria de dizer que, a visita de tão ilustres Prefeitos e Vereadores engrandece esta Casa.

Gostaria também, esta Presidência, de registrar a presença, neste plenário, do Prefeito de Nova Olímpia, Sr. Waldemar Tinelatto.

Esta Presidência concede a palavra por dez minutos, ao

Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nobre Deputado Sabino Campos procedeu a leitura de um memorial da Bancada do PMDB da Câmara Municipal de Toledo.

O Sr. Gabriel Sampaio — A propósito disso, Deputado, gostaria que Vossa Excelência concedesse um aparte.

(Assentimento). — Queria que Vossa Excelência concedesse esse aparte, porque tínhamos a intenção de irmos à tribuna no dia de amanhã, para respondermos este manifesto, esta carta, este recado, não sei bem qual é o tipo de documento que nos caiu às mãos pela leitura do Deputado Sabino Campos.

Gostaria que Vossa Excelência depois se reportasse na parte final, Sr. Deputado, para dizer uma coisa que não pude apartear no momento oportuno, uma vez que o Deputado está no Pequeno Expediente. Não tenho condições de aceitar, neste plenário, mais afirmações do tipo que foi contida nesse documento, dizendo: "... do Governo corrupto, do PDS ...".

Já disse, várias vezes, nesta tarde, todos os homens públicos medianamente informados e medianamente amadurecidos sabem, que o Governo, por menos que ele seja, menor município do Paraná, muitas vezes o Prefeito, ou a menor autoridade que esteja no comando, é incapaz de cuidar de todos os detalhes. Um exemplo prático, típico do que aconteceu, foi quando o Deputado Alencar Furtado denunciou aquele caso das praias, foi apurado imediatamente, os funcionários foram colocados na rua, exemplarmente, o diretor foi demitido na hora e tudo foi contornado, porque foram punidos os culpados. Isto é um Governo honesto que o Sr. Hosken de Novaes e me perdoe a ausência, nunca foi do PDS, foi um Governador que entrou e exerceu o Governo como se nem partido tivesse, e esta é a grande verdade que deve ser reconhecida pela douda Bancada do PMDB.

O Sr. Governador Hosken de Novaes agiu como deveria agir. Muito bem. Sr. Deputado, não podemos admitir que venha um Deputado, lendo, mesmo lendo um memorial que veio de Toledo, dizer: "Governo corrupto do PDS". Não aceitamos esta pecha, Sr. Deputado, e esperamos realmente que o Governo do Sr. José Richa que está indo mal, porque o povo do Paraná inteiro está esperando o seu plano de Governo, somente caçou bruxa, somente demitiu funcionários de mais de dez, quinze ou vinte anos de serviço. Mas está claro, é pouco tempo. Esperamos o plano que o próprio Deputado do PMDB reconheceu ontem que estava ainda por vir, estavam eles aguardando também. Não admito, Sr. Deputado, que se façam generalizações como a contida nesse documento e eu espero, Sr. Deputado, espero realmente que o Governo que ora se instala no Paraná, que até agora só disse generalidades, não fez nada.

Tenho encontrado homens do interior, Vereadores dos dois partidos que estão decepcionados, porque aquela grande salvação da Pátria que eles pregaram em palanque até agora não aconteceu e não acontecerá, porque estão provando mais do que qualquer outra coisa, estão provando incompetência para tocar os destinos do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência e não quero ser pessimista como Vossa Excelência, até torço que aconteça, porque acima de tudo, somos paranaenses, aqui vivemos, aqui temos a nossa família, aqui educamos os nossos filhos, os nossos netos. Se o Governo for mal, o Estado em consequência e todos nós iremos mal. Então eu torci que efetivamente Vossa Excelência esteja certo.

Vejas as contradições em que caem algunsfelizmente, alguns dos Deputados do PMDB, pela mania de generalizar acusações sem provas concretas. Vem o nobre Deputado Ferrari

Júnior, numa dessas sessões, sobe à tribuna e para mostrar serviço ao seu novo partido, diz enfaticamente: "esse governo de 19 anos foi uma "baderna". Nunca fez nada pelo Paraná".

Dois dias depois, vem o Secretário dos Transportes, do Governo do PMDB, Deputado Deni Schwartz, elogiar a malha rodoviária encontrada no Estado do Paraná, a mais extraordinária possível, a mais perfeita possível, suficiente para o escoamento da nossa produção.

O Sr. Ferrari Júnior — Opinião dele.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — A opinião de quem entende e não de quem não entende. Não de quem quer fazer Oposição a qualquer preço e a qualquer custo. Opinião de quem entende, de quem está lá como Secretário, porque se ele não entendesse, o Sr. José Richa não o nomearia para Secretário dos Transportes. Esta que é a realidade. E, por quem foi construída essa malha viária?

Pelo povo do Paraná, pelo esforço desta gente valorosa que é o paranaense mas, sob a égide dos governos da Arena e do PDS. Então, acho que generalizar acusações é uma coisa que não pode e não deve ser trazida para este plenário. Estamos esperando a C.P.I. da corrupção. Daremos a mão à palmatória de toda Bancada do PMDB, quando eles trouxerem nomes e fatos, quando eles disserem: "o Sr. Ney Braga é ladrão porque roubou isto". Daí, serei o primeiro a bater palmas à Bancada do PMDB, telefonar ao Sr. Ney Braga e dizer que, daquela data em diante, não serei mais o seu companheiro político, porque ele não soube zelar pelo dinheiro do povo. Ele que era o guardião do dinheiro público, porque o Governador nada mais é que o guardião do dinheiro público.

Agora, vejamos esse manifesto. Vejam a "gracinha" desse manifesto. Não quero entrar no mérito da notícia do jornal "O Estado do Paraná", pode ser que até nem tivesse havido o fato denunciado pelo jornal, não gosto de fazer injustiça. Mas veja aqui, o item 7:

"Apesar do jornal querer colocar, mentirosamente, o Governo Richa como administração sem austeridade, isso... Não é esse item". Até peço a Deus que este Governo realmente tenha austeridade. Mas o item sexto diz o seguinte: "Isto prova o nítido propósito do jornal "O Estado do Paraná", informar o engodo, a mentira, a falsidade, com o objetivo de ludibriar seus leitores e jogar a opinião pública contra o Governador José Richa". Muito bem. Esse jornal hoje é mentiroso, esse jornal hoje se vale do engodo, da mentira e da falsidade. Mas ontem, quando abria as suas páginas à Oposição, quando dava guarida ao Sr. José Richa, ao Sr. Álvaro Dias, o jornal prestava o jornal não era mentiroso, não era falso.

Como é que eu posso acreditar naqueles dois Vereadores, no tal de Schroeder e no Wilmo Marcondes. É sinal que estão mal informados, porque eles não acompanham o dia a dia da nossa imprensa, não sabem que esse jornal no passado, bem recente até, para desgosto nosso, dos companheiros do PDS, abriam suas páginas gratuitamente à Oposição. E não vem de agora, vem desde 1972, 73, 74, 75. O espírito liberal, democrático de Paulo Pimentel, lhe valeu muitas sanções do Governo Federal. Porque é um homem afeito a contar a seu público, as suas empresas, contam aos seus leitores aquilo que realmente acontece.

Hoje, o jornal não presta mais. Estou escutando alguém rir aí. É a ironia de quem não tem argumento. Quem não tem argumentos vale-se da ironia, da falta de educação, que não deve imperar numa Casa de Leis. Democracia, democracia é o que os Srs. não querem, não querem a liberdade da imprensa. Não querem que a imprensa denuncie fatos escandalosos.

Ontem, Vossas Excelências desejavam, queriam e pediam, hoje Vossas Excelências estão do outro lado do balcão. Não estou me atendo aos fatos, não estou endossando a notícia,

estou apenas me colocando contra alguns itens desse desmentido à informação tendenciosa, principalmente no item oitavo, quando eles dizem: "é uma Oposição estéril, facciosa, doentia, comandada por um pretense Líder Paulo Pimentel".

Pretense Líder, um homem que se elegeu pelo voto direto em 1965, que ...

O Sr. Paulo Furiatti — Permite um aparte, Sr. Deputado?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não darei o aparte a Vossa Excelência. Deixe concluir o meu raciocínio e peço à Mesa que me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência informa que encerrou o prazo de dez minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Concedo mais cinco minutos para que, inclusive, possa apartear-lo.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência deferiu e concede mais cinco minutos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Há um provérbio chinês que diz: quando os homens não têm mais argumentação, recorrem à ironia e até à violência física. É o que está se vendo aí na falta de imaginação, na falta de argumentação; para contraditar o que estou falando, estão recorrendo à ironia e tentando impedir que eu exponha com clareza o meu raciocínio, que ainda não consegui fazer. Não estou querendo atacar o Sr. José Richa. Não quero afirmar que as notícias do jornal do Sr. Paulo Pimentel, a respeito desse episódio, sejam verdadeiras. Quero defender uma democrata liberal. Um homem que subiu ao Governo pelas mãos do povo. Que fez um Governo extraordinário. Um Governo que até hoje está na memória de todos os paranaenses. Quem são esses dois Vereadores para chamar Paulo Pimentel de pretense líder?

Ele é um Líder. Um líder com carisma. Um líder que nunca perdeu eleições a que se submeteu. Mostrará isto no futuro. Apenas quero defender o democrata, o liberal. O homem que sempre abriu as suas empresas de publicidade, inclusive quando elementos do partido de Vossas Excelências estavam perseguidos, vilipendiados, pelo que Vossas Excelências chamam de "governo do arbítrio". Sempre tiveram acolhida fraterna, amiga, correcional dos órgãos de divulgação do Sr. Paulo Pimentel.

Não é justo que se ataque uma figura liberal como esta, um democrata por excelência e nós ouçamos calados. Que ninguém tenha a coragem de vir a esta tribuna dizer o que precisa ser dito, a respeito de quem merece, efetivamente, ser defendido.

O Sr. Paulo Furiatti — Concede um aparte para argumentar?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Com muito prazer. Mas primeiro, por dever de prioridade, quero conceder ao Deputado Luiz Alberto, Líder da nossa Bancada. Em seguida, concederei a Vossa Excelência.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência, Deputado Erondy Silvério, mais uma vez fala em nome de nossa Bancada ao declarar nossa total solidariedade ao jornal "O Estado do Paraná" e ao Líder político Paulo Pimentel. Com relação ao fato que Vossa Excelência não quer entrar no problema...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Porque não estive lá, não sei se é certo, não quero fazer injustiça.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Perfeito. Gostaria de aduzir a Vossa Excelência alguns dados. Os três Superintendentes...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Se Vossa Excelência me permite, este fato não vi. Mas os dois veículos, no dia 21 de abril, que chegaram à Praia de Leste e desembarcaram a bagagem,

senhoras e crianças, os dois veículos que o jornal publicou a placa, hoje em primeira página, isto eu vi, eu assisti.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Como eu vi carro da Secretaria da Saúde levando a família do chefe de gabinete, um Opala branco, para Florianópolis.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agora não vou chegar aqui e culpar o Governador do Estado. Tenho certeza que o Governador José Richa, ao tomar conhecimento, vai punir os responsáveis.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Perfeito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Então, não se pode generalizar acusações.

O Sr. Ferrari Júnior — A patrulha aí está ...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Agora veja Vossa Excelência, Deputado, os três Superintendentes dos órgãos federais foram a Toledo fazer o que?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — A este nobre Deputado quero dizer que não sou patrulheiro. Nunca fui na minha vida. Os Anais desta Casa estão aí para comprovar nossa atuação. Sempre fui contra ditadura de esquerda e de direita. Nunca me incorporei a patrulhamento algum ideológico. Apenas assisti aquelas duas Caravanas com o dinheiro do povo, levando senhoras e crianças à Praia de Leste, no dia 21 de abril. Estão aí os números das placas. Do horário que estavam lá. Isto não é patrulhar.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — É que eles confundem patrulhamento com fiscalização do dinheiro público. É o grande problema. É um problema até de semântica. É a profunda incompatibilidade que o PMDB tem. A incompatibilidade com a verdade, com a coerência que está demonstrando nestes dias de Governo José Richa.

Mas vamos voltar ao assunto. Toledo, um grande município da Região Oeste do Paraná, pleiteava, pelos seus ex-representantes, o ex-Deputado Egon Pudell, ex-Presidente desta Casa, que fosse instalada uma agência do INAMPS, do INPS e do IAPAS, para atender a população trabalhadora daquela região. Para beneficiar, inclusive, donos de hospitais, latifundiários daquela região, como o Líder do PMDB de Toledo, o ex-Deputado Ernesto Dal'Oglio, que é proprietário do maior hospital e que recebe o maior subsídio da região Oeste do Paraná, em termos de receita dos órgãos federais e também é sogro do Secretário do Interior, Deputado Nelton Friedrich.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) — Sr. Presidente. Eu solicito que Vossa Excelência conceda mais cinco minutos ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência já tinha recebido a informação do Vice-Líder, que poderia prorrogar mais cinco ou dez minutos restantes. Esta Presidência já tinha concedido.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA (Pela ordem) — Sr. Presidente. Mais cinco minutos.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Eu gostaria, nobre Deputado, de dizer, enfim, que a realização do Governo Federal, pelas legítimas lideranças políticas regionais, do ex-Deputado Egon Pudell do Sr. Deputado Antônio Mazurek e do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, que têm se batido pela instalação da agência do INPS naquela cidade. Fato este que foi comemorado com muita satisfação, por todos aqueles que querem o bem e o

desenvolvimento do Município de Toledo.

Foram três superintendentes, realmente, mas ao mesmo tempo foram três Secretários de Estado para Toledo e o que fizeram, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Qual foi a obra que eles deixaram em Toledo? Eles que foram com a mordomia oficial, com avião e carro oficiais, com dinheiro público e diária oficial, participar de um fórum de debates partidário. Qual a obra que eles levaram para Toledo? O PDS foi a Toledo por três Superintendências levar a agência para atender o trabalhador de Toledo; e o PMDB foi pregar no deserto o seu discurso cansado, roto e vazio, Sr. Deputado.

O jornal "O Estado do Paraná" denuncia isso, como tem denunciado colocações, inclusive de Deputados do PMDB, Deputados Federais, hoje com presença nesta Casa, como o Deputado Hélio Duque, brilhante parlamentar que tem usado como jornalista, as folhas do jornal "O Estado do Paraná".

O ex-Presidente Waldyr Pugliesi que convidava o Dr. Paulo Pimentel para ser Prefeito de Curitiba; o Presidente do PMDB, Prefeito de Arapongas, agora, porque Paulo Pimentel não concorda com este clima que se instala no Paraná, de perseguição, de ódio, ele que foi um Governador marcado pelo sentimento da grandeza de um Paraná que não admite a pequenez, um Paraná que tem Bento, que tem Ney, que tem o sentimento da grandeza do Brasil. Este Paulo Pimentel, que no passado era o grande líder altivo do Paraná, hoje está decepcionando a Bancada do PMDB, por que, Sr. Deputado? Porque ele persegue na sua mesma linha de independência do seu jornal. A linha de denunciar ao povo. Porque é uma das obrigações mais caras da imprensa e da liberdade de imprensa, que é o esteio da democracia. É a denúncia permanente dos atos irregulares: a imprensa que é o quarto Poder; este Poder aqui, que é o Legislativo e o poder de fiscalização, andam no Paraná realmente de mãos dadas. Ambos têm a mesma missão. O Deputado, pelo voto popular que a urna outorgou, e a imprensa, pelo dever de bem informar e esclarecer a opinião pública andam de mãos dadas, para dizer ao Paraná: basta Governador José Richa. Chega de cursos, de palavras. Passe à ação, Governador. Nós esperamos isso de Vossa Excelência. Para com a perseguição a funcionários celetistas, pare com a discriminação entre estes e os funcionários estatutários. Comece a dizer ao Paraná por que veio, qual a mudança que o PMDB quer fazer nos rumos do nosso desenvolvimento estadual.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência informa que se encerraram os cinco minutos de que dispunha e lhe concede mais cinco minutos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Peço desculpas ao Sr. Deputado Ferrari Júnior, mas, em outra oportunidade, terei o prazer de dar o aparte a Vossa Excelência.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Consulto à Liderança se fará uso dos últimos minutos restantes.

Com a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assumo a tribuna para comunicar a esta Casa e ao Paraná que a Bancada do PDS encaminha hoje telex às autoridades federais com relação ao anunciado aumento das prestações dos mutuários da casa própria. (Lê):

"As questões relacionadas com o programa habitacional brasileiro têm se mostrado desafiantes à capacidade administrativa dos planejadores e angustiantes aos usuários do sistema financeiro do Banco Nacional da Habitação, que se vêem submetidos ao descompasso gerado pela corrosão inflacionária, na capacidade de amortização dos compromissos assumidos, principalmente dos assalariados, que constituem a grande maioria dos contratantes com o BNH.

É necessário que reconheçamos que o programa habitacional brasileiro tem desempenhado importante função social no País, possibilitando a milhares de brasileiros a solução do problema da casa própria. As autoridades governamentais não têm excluído de suas preocupações o aperfeiçoamento desse programa, como têm evidenciado o presidente João Figueiredo, o seu Ministro do Interior, Mário Andreazza, e outras autoridades vinculadas ao setor.

Como parte dessas preocupações, o Ministro Andreazza manifestou em Brasília, no final da semana passada, que nenhuma prestação da casa própria terá reajuste maior do que a média do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, dos últimos três meses paga ao mutuário.

Ao determinar o reexame do aumento das prestações, o Ministro do Interior garantiu ainda, que o valor máximo do comprometimento da renda familiar do mutuário com a prestação, para quem ganha até cinco salários mínimos, não será acima de vinte por cento. Já para quem possui renda familiar entre cinco e dez salários mínimos, o comprometimento com a prestação não ultrapassará os vinte e cinco por cento, e não será superior a trinta por cento da renda familiar para quem recebe mais de 10 salários mínimos.

Em diversas oportunidades, temos manifestado empenho em que as correções decorrentes da inflação, não venham a agravar ainda mais a capacidade contributiva dos brasileiros. No caso específico dos paranaenses, apresentamos projeto a esta Assembléia, dispondo sobre o reajuste das tarifas dos serviços prestados pelas empresas públicas estaduais, adequando-o à realidade do reajuste das correções com o conhecimento antecipado de quando elas serão efetuadas, em consonância com os índices do INPC.

Essa tem sido uma orientação que emana do desejo de contribuir para o ajustamento de medidas, capazes de aperfeiçoar os mecanismos de arrecadação do Estado, evitando-se que os contribuintes sejam sobrecarregados com novos encargos, além daqueles capazes de serem atendidos com o aumento do INPC, o que seria injusto.

Daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a solicitação que fazemos a esta Assembléia para que envie mensagem ao Ministro do Interior, Mário Andreazza, manifestando o nosso apelo para que as prestações da casa própria não tenham reajuste maior do que a média do INPC, medida que consideramos justa e equânime para os mutuários do BNH".

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso de seu horário.
(Falará o Sr. Deputado Ferrari Júnior).

Esta Presidência quer registrar, com satisfação, a presença do Prefeito de Marilena, Sr. Dirceu Mazzotti, do Prefeito de Paraíso do Norte, Sr. Anísio Tormena, e de Cidade Gaúcha, o Prefeito Gilberto Haita, como também registrar com prazer a presença do Vereador Sebastião Viana Pereira, de Engenheiro Beltrão.

Com a palavra o Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É impressionante a pressa de alguns ilustres representantes da Bancada do PDS quanto à apuração de corrupção que se fala do Governo anterior.

É impressionante a pressa de alguns ilustres Deputados do PDS, para que o Governador José Richa apresente, efetivamente, o seu plano de trabalho e construa no Estado do Paraná, tudo aquilo que nós queremos, não obstante o Governo que aí está, tenha se instalado há pouco mais de um mês.

Isto é de se estranhar de um PDS que comandou este Estado por 19 anos. Estranhar-se que alguns Srs. Deputados do PDS passem a atacar violentamente o Governo e a bancada do PMDB, com berros insistentes.

Alguns Srs. Deputados do PDS fazem crítica construtiva,

equilibrada, e isto é importante dentro de uma Assembléia mas, alguns chegam a agredir de uma maneira tão violenta que mudam seu temperamento da noite para o dia.

Falou-se aqui, no ex-Governador Paulo Pimentel. Eu vejo surpreso, alguns ilustres Srs. Deputados da Bancada do PDS, defender o ex-Governador Paulo Pimentel, com unhas e dentes. No entanto esses mesmos Parlamentares não defenderam o ex-Governador Paulo Pimentel quando pretendia ele, nessas mesmas eleições recém findas, sair candidato a Governador do Estado pelo PDS. Ele foi então sacrificado, escanteiado, jogado, passado para trás, traído, e violentado. Por quem? Não o foi pelo PMDB, mas pelo PDS. Trocaram Paulo Pimentel por Saul Raíz, quer dizer, trocaram algo em termos políticos, indiscutível. O ex-Governador Paulo Pimentel é de um passado político de votos, ninguém pode negar a sua história. A carreira política de Paulo Pimentel diz que ele tem votos, trocaram-no, porém, por um cidadão aposentado precoce e que mostrou que não tem voto algum - e o PDS levou uma surra terrível nessas eleições, até por erro tático. Quem foi então, quem foi pergunto, que escanteou Paulo Pimentel? Foi a Bancada do PMDB? Foi Deputado do PMDB? Foi o Diretório do PMDB? Não. Foi o PDS. Hoje, os mesmos traidores de Paulo Pimentel vêm defendê-lo, de unhas e dentes.

Ora, nem o próprio ex-Governador entra nessa. Ele sabe perfeitamente bem, quais são e quais foram os seus algozes.

Lembro-me de quanto Paulo Pimentel reclamava de perseguições contra as suas empresas, contra o seu jornal, contra a sua extinta emissora de rádio, contra as suas emissoras de televisão. Foi perseguido. Quem o perseguiu? Quem perseguiu Paulo Pimentel? Foi a Bancada do PMDB? Não foi o Governo de Vossa Excelência. Foi o Governo do PDS.

Não foi a Bancada do PMDB, logo, esse tipo de defesa que se faz, não cabe, absolutamente.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Sr. Presidente, pela ordem, conforme o artigo 97.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Com palavra, o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Quem perseguiu Paulo Pimentel foi o grande companheiro Jayme Canet Júnior. Obrigado.

O Sr. Sabino Campos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, agradeço o aparte permitido. Eu só queria esclarecer a este Plenário, pelas afirmações que o nobre Líder do PDS fez, no momento que ocupou a palavra no aparte anterior, dizendo que, o grande beneficiado da instalação do IAPAS seria Ernesto Dal'Oglio, ex-Deputado Federal pelo PMDB.

Nós queríamos esclarecer ao nobre Líder do PDS, que tomasse conhecimento das coisas de Toledo. Ernesto Dal'Oglio há mais de 15 anos não é nem sócio das Clínicas Dal'Oglio de Toledo. Ele já não exerce sua profissão desde 1968.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Como é o nome da Clínica, Deputado?

O Sr. Sabino Campos — E os grandes acionistas do Hospital que leva o seu nome, um deles foi candidato a Prefeito, por vosso Partido, não pelo PMDB. O outro hospital beneficiado em convênio com o IAPAS, cujo proprietário foi candidato a Prefeito do PMDB.

Digo também, ao nobre Líder do PDS, nosso amigo Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que a reunião de sábado, em Toledo, com Secretários de Estado, foi uma reunião partidária. Eu queria esclarecer ao nobre Deputado que se lá estivesse, teria visto quem estava presente nessa reunião: o candidato, a Vice-Prefeito do PDS e também o irmão do ex-Prefeito

do PDS naquela cidade, assim como, grande número de empresários do PDS. Foi uma reunião na comunidade toledana com os comerciantes e industriais daquela cidade para realmente ver o que se necessita fazer em termos de indústria comunitária. Se o nobre Deputado não tiver conhecimento do que se está fazendo em Toledo, nós podemos conversar e esclarecer ao nobre colega...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Eu agradeço a Vossa Excelência.

O Sr. Sabino Campos — ... sobre as reuniões comunitárias e estamos fazendo beneficência aos necessitados, com um pólo que será de demonstração de todo o Estado. Então, o que nos preocupa é quando Vossa Excelência não ter conhecimento do caso, Sr. Deputado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Causa-me estranheza, Sr. Presidente, a maneira como alguns Srs. Deputados do PDS procuram fazer oposição. Parece uma maneira de fazer oposição viril, de quem estivesse realmente fazendo oposição, já há muito tempo. Eu entendo que oposição ou é ou não é. Ou existe ou não existe. Oposição, como disse um dia desses, um grande líder, Senador pelo PMDB. Eu tenho comigo também que oposição, fazer oposição, ou ser oposição, é como mulher grávida ou está ou não está. Não tem meio termo.

Que oposição quer fazer a Bancada do PDS? Fala em fazer oposição, mas dá sustentação ao Governo que bota jornalista na cadeia, que bota padre na cadeia, que empobrece cada vez mais esta Nação, pobre Nação dirigida por três Ministros da área econômica, que fazem o que bem entendem deste País. Apoiam um Governo e dão sustentação ao mesmo, que vai através do Presidente da República num programa de televisão e diz - é mais ou menos isso: "eu sou o capitão desse time. Jogo duro, sei jogar duro...".

Isso não é linguagem do Presidente da República. Isso é uma linguagem que não se usa absolutamente, Sr. Deputado Gabriel Sampaio, tenha a bondade.

O Sr. Gabriel Sampaio — Eu não quero tomar o tempo de Vossa Excelência, mas realmente é difícil ter o poder da síntese.

Vossa Excelência, em primeiro lugar, não tem condições de censurar a Bancada do PDS em termos de oposição, porque estamos cobrando aquilo que Vossas Excelências, pregaram em palanque e que o povo acreditou. Quase dois milhões de eleitores acreditaram na pregação de Vossas Excelências. Com relação ao Governo Federal, Sr. Deputado Ferrari Júnior, ao que eu não dou sustentação, esse partido a que Vossa Excelência pertence como o que eu pertenço, não tem significação ideológica nenhuma, porque aí está: Vossa Excelência é companheiro de Jayme Canet. Vossa Excelência não porque chegou agora na Assembléia, mas outros companheiros seus criticaram desta tribuna os senadores biônicos, essa excrescência nacional que é o senador biônico e hoje compactuam, convivem "numa boa" com o Sr. Afonso Camargo, que aliás, é o "guru" de Vossas Excelências, é o grande Líder de Vossas Excelências.

Portanto, falar em coerência aqui no Plenário, falar no que deve fazer, no que não se deve fazer, nem Vossa Excelência e nem eu podemos dizer, Sr. Deputado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Vossa Excelência está faltando com a verdade. Alguns companheiros da Bancada do PMDB, estranharam até, eu ter concedido o aparte ao ilustre Sr. Deputado Gabriel Sampaio da Bancada do PDS. Peço o aparte quando companheiros do PDS ou PMDB estão na tribuna, e gosto também de dar o aparte, porque eu entendo que nós viemos aqui para debater. Não podemos só conceder o aparte aos companheiros do PMDB, isto eu não faço.

Só que Vossa Excelência faltou com a verdade, Sr. Deputado Gabriel Sampaio, num. aspecto. Disse que eu estava num determinado partido depois o leite acabou, um negócio mais ou menos assim. Não é verdade. Eu já disse, sentado naquela mesma cadeira ao lado e parece que Vossa Excelência não aprendeu a lição, está precisando ouvir de novo. Eu disse que saí deste Governo que bota padre na cadeia, que persegue os trabalhadores. Eu estava errado Excelência. Declaro perante este Plenário. Tive, porém a hombridade de deixar o Governo e hoje, com muita alegria, pertenço à Bancada do PMDB nesta Assembléia Legislativa, Deputado Gabriel Sampaio.

Oxalá Vossa Excelência tivesse a hombridade para fazer isso, Sr. Deputado Furiatti, tem o aparte.

O Sr. Paulo Furiatti — Nobre Deputado, existem aqueles que atingem o limite da ignorância. Não se dão conta e continuam. Na verdade, muito se tem falado em desemprego nesta Casa. Não ouvi, no entanto, numa análise feita pelos Srs. Deputados do PDS, uma análise sobre as causas do desemprego neste País.

Entendemos, fundamentalmente, que se existe desemprego, é devido a uma política governamental eleitoreira do PDS e irrealista, onde, quem sabe, para enfrentar a dura realidade econômica imposta em que se curvam, incharam a máquina administrativa de cargos eleitoreiros. Tem como causa o desemprego, Sr. Deputado, principal à política centralista do Governo do PDS que, aliado aos grandes interesses internacionais, estão a sugar as riquezas nacionais minuto a minuto.

Governo do PDS, que impõe uma recessão econômica sem precedentes na história deste País. Desemprego enraizado na política do pedessista Delfin Neto, que à guisa de pagar uma conta, que não foi nós que fizemos, entrega este País ao FMI Política econômica que decreta a falência de milhares de empresas deste País. Diante deste quadro, vem ainda um Sr. Deputado do PDS, Airton Cordeiro, propor um Conselho Estadual de Emprego. Conselho que é contestado pela Associação Brasileira de Recursos Humanos, Marcos Aurélio Rodrigues da Silva que diz:

"A questão do emprego não pode ser analisada de forma paliativa", além de taxar a proposta de elitista.

Nobres Deputados, por não considerá-los demagógicos, prefiro entender que esse debate é superficial, porque Vossas Excelências, não têm conhecimento das verdadeiras causas que denigrem este País e a nossa Nação. Não existir à Conselho de Emprego neste País, nem neste Estado, que resolva sem a mudança desse modelo econômico entreguista sustentado por Vossas Excelências.

Só haverá emprego, nobre Deputado, quando a política econômica mudar, quando Vossas Excelências tiverem a coragem de sugerir a mudança do modelo econômico.

Gostaria imensamente de ouvir de Vossas Excelências, críticas às causas que denigrem este País. Gostaria de ver Vossas Excelências com coragem para proporem mudanças nos rumos dessa economia, coragem para desdizerem o desemprego, o desemprego de Delfim Neto. Porque não tenho dúvida, é só com o desemprego de Delfim Neto e dos tecnocratas que Vossas Excelências acariciam e passam a mão nas suas cabeças. Só assim, nós teremos o pleno emprego desses brasileiros

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — O Sr. Deputado Erondy Silvério dizia há pouco, são tantos os pronunciamentos esquisitos da Bancada do PDS, dizia que eu falava de um requerimento encaminhado ao Sr. Governador do Estado, pedindo um atendimento aos funcionários públicos que prestaram concurso em 1981. E dizia mais, que o Governo de então havia usado todo aquele movimento para sua propaganda eleitoral. Vieram as eleições e estes funcionários do Estado que fizeram as suas inscrições, os seus exames para melhorar a condição de vida, todos eles funcionários humildes do Governo, não foram promovidos. Então pedia eu ao Governador José Richa para que faça justiça. Nada mais. Não é favor nenhum.

E dizia o Deputado Erondy Silvério que a culpa não era do Governo do PDS. Meu Deus! 1981, quem governava o Estado do Paraná, ou quem desgovernava o Estado do Paraná? Não era o PDS? Culpa de quem? Só se foi do Bispo.

O Sr. Jorge Maia — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR — Lamento, meu tempo está no final. Os minutos finais serão ocupados pelo Sr. Deputado Alencar Furtado, nós já havíamos cedido. Ele poderá inclusive ceder o aparte ao Sr. Deputado Caíto Quintana e a outros ilustres Deputados do PDS.

O Sr. Jorge Maia — Eu pedi a Vossa Excelência, fui o primeiro a ser inscrito.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Não, não. Isto cabe bem à bancada de Vossa Excelência. Isto foi muito bem explicado.

O Sr. Jorge Maia — Aliás Vossa Excelência me deu o aparte e agora está me cortando.

O SR. FERRARI JÚNIOR — É que Vossa Excelência está desviando, está com ironia...

O Sr. Jorge Maia — Vossa Excelência me concede um aparte ou me cassa o aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR — Já que Vossa Excelência quer brincar, não lhe concedo o aparte. Não vim aqui para brincar a exemplo de Vossa Excelência, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Maia — Não estou brincando.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Com a palavra o Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Desejo iniciar dizendo, ou fazendo minhas as palavras do Deputado Ferrari Júnior. Lembro-me, perfeitamente, que só atingiu a dimensão e a grandeza política e humana o Senador Teotônio Vilela, quando também se retirou do Governo que se chama PDS, antigamente ARENA.

O Sr. Jorge Maia — Permite um aparte?

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Mas gostaria de dizer que os Deputados do PDS...

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem, solicitaria a Vossa Excelência que mandasse expungir das notas taquigráficas o pronunciamento inicial do Sr. Deputado, que considero desairoso. Quero respeito pelo artigo 97. Fomos ofendidos por um jovem Sr. Deputado que talvez lhe falte a experiência.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência autoriza expungir das notas taquigráficas qualquer palavra desairosa que o orador fizer. E assegura a palavra (discussões paralelas)... Esta Presidência já decidiu e assegura a palavra ao orador que está na tribuna.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Os Deputados do PDS...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta é uma Casa do convívio dos contrários, onde há que imperar o respeito mútuo entre todos os parlamentares e entre os partidos políticos. Vossa Excelência, como Presidente eventual do Poder Legislativo, não há como poder concordar com a expressão usada pelo Deputado Alencar Furtado, quando se refere ao Partido Democrático Social. Como nós também não queremos transformar esta Casa num destilar de denúncias, inclusive pessoais, contra determinados Srs. Deputados, que jornais publicam ainda hoje.

Por isto solicito a Vossa Excelência que determine com o poder de Presidente deste Poder, que sejam expungidas das notas taquigráficas do Poder Legislativo do Paraná, a expressão proferida pelo Deputado Ferrari Júnior e adotada pelo Deputado Alencar Furtado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência já tinha autorizado a retirar toda e qualquer palavra desairosa das notas taquigráficas e assegura...

O SR. FERRARI JÚNIOR — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para que Vossa Excelência tenha a bondade de descontar o tempo do Sr. Deputado Alencar Furtado, pois o cronômetro não parou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência descontará e assegura a palavra ao orador que está na tribuna.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Eu, inicialmente, Sr. Presidente, gostaria de pedir a Vossa Excelência que ao conceder qualquer questão de ordem, solicitasse a leitura do texto e a indicação do artigo, onde se solicita a questão de ordem; para que eu possa realmente dar continuidade ao meu pronunciamento.

Gostaria de dizer, como direi, os Srs. Deputados do PDS, recém iniciados nos princípios democráticos, raramente concedem um aparte aos Srs. Deputados do PMDB, vozes autênticas da resistência democrática e da liberdade. Exatamente porque ainda trazem na alma e na formação o ranço azedo do tempo do arbítrio e da...

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência permite um aparte?

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Não concedem aparte os Deputados do PDS, porque o discurso deles traz a sonoridade dos gemidos de fome dos trabalhadores, os quais vocês mataram de fome pela política econômica; que vocês defenderam e defendem até hoje. Dos trabalhadores desempregados...

O Sr. Gabriel Sampaio — Acabou a eleição. Acabou a eleição.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — É a sonoridade do discurso do PDS, que quando fala, é com a voz dos estudantes sem escolas; da juventude sem trabalho, porque vocês jogaram esta Nação no caos econômico e no desespero. Srs. Deputados do PDS, vocês não concedem aparte ao PMDB, porque a verdade é nua, crua e dói. E doeria mais se vocês tivessem alma, mas não a têm.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Concederei brevemente ao ilustre Sr. Deputado Airton Cordeiro; talvez porque não tenha visto ainda o Sr. Deputado negar apartes. Mas os Srs. Deputados que negam aparte, fogem do diálogo democrático, a estes eu também não concederei apartes.

Dando continuidade, quero afirmar mais uma vez, que o discurso do PDS traz o retumbante, o fantástico sucesso, o inqualável sucesso desta política que jogou o Brasil de rastros ante os grupos econômicos internacionais.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os Srs. Deputados do PDS têm medo do diálogo, porque eles defenderam a censura da imprensa durante 19 ou 17 anos. Eles defenderam toda postura de ditadura que se implantou neste País.

Srs. Deputados do PDS, os tempos são outros; os caminhos haverão de ser outros; ou nós haveremos de restaurar nesta Assembléia o respeito mútuo, o diálogo franco, aberto, leal e respeitoso.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. GABRIEL SAMPAIO (Pela ordem) — O Sr. Deputado que está na tribuna está ofendendo o Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência lamenta e solicita (apartes e discursos paralelos). (O Sr. Presidente faz soar os tímpanos e corta o som do orador).

Esta Presidência solicita que seja assegurada a palavra ao orador. E solicita também ao Serviço de Taquigrafia que expunja qualquer palavra ofensiva a este Poder.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Este tumulto de (Pela ordem) sem procedência, além de ilegal, é imoral.

E é uma imoralidade que está sendo praticada pelo Deputado Gabriel Sampaio ao interromper a nossa oração, pedindo pela ordem sem citar o artigo do Regimento Interno e lhe assegurar o direito, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência assegura a palavra ao orador que está na tribuna.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado Osvaldo de Alencar Furtado, eu tenho acompanhado o debate realizado nesta sessão. E a origem dele, basicamente, é sobre uma denúncia formulada hoje pelo jornal "O Estado do Paraná".

Então, eu gostaria de dizer a Vossa Excelência e aos Srs. Deputados que compõem a bancada de Vossa Excelência, que há abertura política neste País, principiou pela liberdade de imprensa. E que a liberdade de imprensa remanescente do Governo Geisel, é a primeira grande conquista da sociedade brasileira. E no momento em que Vossa Excelência se insurge contra a denúncia de um jornal também o fazem contra a liberdade de informar, porque Vossa Excelência tem a lei de imprensa, assegura o direito de resposta.

Mas, observo também, nobre Parlamentar, que o PMDB continua pretendendo ser o dono da palavra final, definitiva do Estado e do País. A pouco ainda, o Sr. Deputado Paulo Furiatti considerava elitista uma proposta de lei deste Deputado, louvando uma declaração lida hoje na "Gazeta do Povo". Que proposta elitista é esta que agasalha todos os representantes das classes trabalhadoras deste Estado? Onde é que está o elitismo da proposta?

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está encerrado o horário e esta Presidência concede mais um minuto para concluir.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Agradeço o aparte do Sr. Deputado Airton Cordeiro.

Mas, embora não tenha sido descontado o tempo do tumulto, eu gostaria apenas de dizer ao Sr. Deputado Airton Cordeiro, que estou nesta tribuna para defender a liberdade de imprensa e dizer que já estive nesta tribuna com provas sobejas e, inclusive, provocaram a exoneração de dois professores da Fundação Caetano Munhoz da Rocha. Mas, não poderia atender o

apelo do Sr. Deputado Erondy Silvério, quando lamentava não me ter visto, e também criticar esta mordomia, essa verdadeira, eu a critico do começo ao fim, porque sempre critiquei.

Mas, eu desejo ressaltar que a notícia é incompleta, porque nos manda à página dois e lá não tem a matéria.

Por conseguinte a notícia é incompleta, é manchete apenas para atrair a atenção do povo. Está aqui o jornal de hoje para dizer: "Feriado mostrou a austeridade".

Menciona duas placas. Eu trouxe fotografias quando denunciei. Eu trouxe documentação vasta e sobeja. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Antes, porém, queremos registrar com muita satisfação, as presenças em plenário, dos Srs. Deputados Federais Reinhold Stephanes e Hélio Duque, do Sr. Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, Sr. Valmir da Rocha Loures, e também do Vereador João Luís Giosthi, de Ponta Grossa.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria que se encontra sobre a mesa:

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Pedro do Couto, ocorrido em Marumbi. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando seja designado a representar a Assembléia Legislativa no Congresso de Radiodifusão, a realizar-se em Caiobá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 31/83. — **Aprovado.**

O SR. FERRARI JÚNIOR — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) — Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa defere e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal.

(O Sr. 1.º Secretário procede a chamada nominal).

Responderam a chamada nominal 33 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão e conseqüente deliberação.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro.

Vinte e um Srs. Deputados rejeitam; 12 Srs. Deputados aprovam. — **Rejeitado.**

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) Sr. Presidente, eu solicito de Vossa Excelência, que faça constar da Ata da sessão de hoje, que o PDS votou pela aprovação do regime de urgência e que, os que pregam a democracia participativa, votaram contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência de-

fere e fará constar.

O SR. FERRARI JÚNIOR — (Pela ordem) Nós gostaríamos também de fazer constar a posição do PMDB e que conste em ata também, que é entendimento da Bancada do PMDB, que as Comissões Permanentes desta Casa foram instaladas e deverão funcionar normalmente, e que essas matérias, por certo, serão encaminhadas às Comissões, receberão os pareceres normais e necessários, inclusive para orientação dos Deputados desta Casa. É um voto de confiança que damos às Comissões Permanentes, e, aguardamos o parecer, com urgência, Excelência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 25/83. — Em votação.

O SR. FERRARI JÚNIOR — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência defere

(Em face de três solicitações Pela Ordem, dos Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Gabriel Manoel e Luiz Alberto de Oliveira que protestam não ter havido votação).

Realmente.

Esta Presidência irá colocar em votação, o requerimento; em votação; rejeitado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) Sr. Presidente, da mesma forma, solicito de Vossa Excelência, que faça constar da Ata desta sessão, o fato de o PMDB haver votado contrariamente, e o PDS, favoravelmente.

E, para responder os argumentos do Deputado Ferrari Júnior, eu gostaria apenas de esclarecer a Sua Excelência, que, o regime de urgência permite, com toda tranqüilidade, que a matéria seja analisada pelas Comissões Técnicas competentes desta Casa. Lamento que Sua Excelência não tenha conhecimento que, o prazo permite a apreciação, pelas Comissões Técnicas.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência defere o pedido de Vossa Excelência.

O SR. FERRARI JÚNIOR — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito de Vossa Excelência que defira o nosso pedido anteriormente formulado, e nós entendemos, também, Excelência, que todas as matérias apresentadas nesta Casa, indistintamente, são urgentes e obedecem, naturalmente, uma ordem normal de tramitação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Presidência defere o pedido de Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, o nobre Líder hoje, Deputado Ferrari Júnior, do PMDB, após solicitar uma verificação de votação antes da matéria ser votada, pretende justificar nesta Casa e ao Paraná, o fato do PMDB votar contra duas matérias de regime de urgência. Uma, com relação aos professores...

O SR. FERRARI JÚNIOR — Isso é uma Questão de Ordem, Sr. Presidente, olha o Regimento!

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Eu estou esclarecendo uma dúvida, Artigo 97.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência vai

consultar o Regimento Interno.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência, Sr. Presidente, verifica, nesta tarde, que lamentavelmente, o PMDB hoje, como agiu com relação ao Projeto de Lei que beneficia os aposentados de nosso Estado...

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência está baseada no artigo do regimento, de acordo com o pedido de ordem, essa Presidência não pode recusar a nenhum Deputado com o artigo 98. O nobre Deputado está pedindo um esclarecimento. Essa Presidência lhe assegura a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, o que está ocorrendo, na verdade, é que o PMDB, nesta tarde, vota contra um Pedido de Informação do Deputado Airton Cordeiro, no sentido de dar eleição direta ao professorado. Promessa de campanha eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Essa Presidência lhe cassa a palavra porque Vossa Excelência está transgredindo o artigo 98.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando o envio de sugestão ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine ao Sr. Secretário das Finanças, a defesa da posição historicamente adotada pelo Governo do Paraná, junto ao CONFAZ, contra a tese de tributar a carne de frangos e aves, de corte em geral, com o ICM. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de ofício ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de apelo visando o asfaltamento da estrada que liga Juranda a Rancho Alegre D'Oeste, Município de Coioerê. — Em discussão.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido da liberação do PROSAFRA, para o Município de Mariluz. — Em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Para encaminhar) — Pediria a Vossa Excelência, primeiramente, fizesse a gentileza de nos dizer o nome do Deputado requerente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — É o Deputado Rubens Bueno.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pertence à Bancada Majoritária do Governo. É o que nos causa espécie, Sr. Presidente. É o que nos causa muitas vezes uma revolta íntima da pouca força que a bancada, com raras exceções, tem acesso à Secretaria dos Transportes. Conhecemos o ilustre Secretário como um homem liberal, um homem que pertenceu aos quadros desta Casa, como Deputado. Pertenceu em tempos idos como Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no tempo do PDS, ou MDB, ou ARENA, talvez. Então, estranhamos, ao encaminhar esta votação, a necessidade premente que os Srs. Deputados da Bancada Situacionista têm em vir aqui apresentar este modelo de requerimento, que seria um exemplo de nossa bancada hoje, que não temos acesso às Secretarias.

Ou eles estão nos dando um atestado de burrice, ou eles estão dando a si um atestado de inoperância.

Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Imprensa do meu Paraná, é uma aberração para nós que desta Assembléia defendemos os nossos Prefeitos, os nossos municípios. É uma aberração, ao escutarmos um requerimento neste teor. Porque é muito mais fácil para um Deputado da Situação ir ao seu Secretário

e exigir, pedir, ou fazer prevalecer seus direitos. Não peça favores. Pleiteie os seus direitos. Os Deputados foram aqui mandados para fazerem prevalecer os direitos do povo. Não é justo e não é cabível a não ser que estejam bricando com esta Casa. A não ser que o ilustre Deputado esteja querendo fazer uma tirada demagógica para levar aos seus cabos eleitorais e dizer: está aqui o meu requerimento. Se o Governo não faz é porque não quer, mas eu pedi.

Sr. Presidente, pediria a Vossa Excelência que registrasse um apelo nosso, que o Sr. Secretário dos Transportes liberasse, indistintamente, todos os PROSAFRAS do Paraná. Tanto aos Prefeitos do PMDB, quanto aos Prefeitos do PDS, porque veio aqui para o Paraná, o volume global das verbas, sem distinção. E era isto que eu queria pedir vênica e também fazer a Vossa Excelência, neste momento, apenas uma observação, ou os Deputados estão brincando com esta Casa, ou são, como dizia Odorico Paraguaçu, uns demagogos praticantes.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está em votação o requerimento.

O SR. PAULO FURIATTI — (Para encaminhar a votação) Eu apenas gostaria de dizer ao nobre Deputado Gabriel Manoel, que o pedido do requerimento consta do Regimento Interno e as prerrogativas parlamentares dão direito a esse tipo de pedido. E se o nobre Deputado Gabriel Manoel não concorda com esse tipo de requerimento, eu sugeriria que através de um amplo estudo, fizesse uma reformulação do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Continua em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, pedindo liberação do PROSAFRA, ao Município de Roncador. — Em votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Para encaminhar a votação) Sr. Deputado nós não podemos modificar ao Deputado, mas dentro do complexo democrático, podemos dizer ao Deputado que nós temos o direito; é o "jus sperneandus", como diz em latim. Temos o direito de falar a verdade e dar uma orientação para que esta Casa não vire em "baboseira"; requerimentos exdrúxulos, Sr. Presidente.

Se nós temos acesso, como tínhamos na Secretaria dos Transportes, não há de ser agora o Deputado que vem aqui encher a mesa de papelama, que não tem valor, a não ser demagógico, e nos quer fazer com que o nosso ouvido seja um "paiol de baboseira". Então, é isso, Sr. Presidente. Eu sei perfeitamente, que o ilustre Deputado autor do requerimento, tem acesso à Secretaria. E como diz o Deputado: "Manda quem pode, obedece, quem precisa", agora, se o Deputado não tem condições de fazer com que o Secretário cumpra com a sua obrigação, então ele que monte no Garanhão e vá para onde quiser.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está em votação.

O SR. ANIBAL KHURY — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, tenho uma profunda admiração pelo Deputado Gabriel Manoel. Como Parlamentar experimentado que é, e lutador, sugiro ao Deputado, que da próxima vez quando houver um requerimento deste, que faça valer o seguinte: vale o meu pronunciamento do dia tal. Pt. Porque eu já ouvi esta conversa quarenta e duas vezes.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, digo a Vossas Excelências que obedecendo o meu mestre,

vou seguir a sua orientação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, pedindo liberação do PROSAFRA, ao Município de Mamborê. — Em discussão.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Pela ordem. Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Para discutir, adia-se na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, pedindo a liberação do PROSAFRAS, ao Município de Nova Cantu. — Em discussão.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Pela ordem. Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Para discutir, adia-se na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, pedindo liberação do PROSAFRA, ao Município de Peabiru. — Em discussão.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Pela ordem. Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfredino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo ao Sr. Diretor do DETRAN, a instalação da 58.^a CIRETRAN, na Cidade de Rondon. — Em discussão.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão na forma regimental.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Planejamento, encarecendo que o mesmo envie esforços no sentido de incluir Campo Mourão no plano de cidades de porte médio. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, bem como aos Srs. Secretários da Administração, do Planejamento e das Finanças, no sentido de que sejam feitas gestões a fim de solucionar a situação de servidores públicos do Estado que fizeram o teste seletivo de ascensão funcional e que não foram ainda promovidos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Ministra da Educação, consubstanciado em apelo no sentido de serem utilizados nos estabelecimentos particulares, uniformes padronizados, de reduzido custo. — Em discussão.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Para discutir, adia-se a discussão na forma regimental.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido da liberação do PROSAFRA, para o Município de Terra Boa. — Em discussão.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a liberação do PROSAFRA, para o Município de Sertãoópolis. — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a liberação do PROSAFRA, para o Município de Ubatã. — Em discussão.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Secretaria dos Transportes, no sentido de que se efetue a construção de uma Estação Rodoviária no Município de Pinhão. — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio de Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Associação Brasileira de Imprensa, sobre a campanha publicitária contra o desemprego que vem sendo desenvolvida pelo jornal "Folha de Londrina", para que essa associação posicione-se no sentido de engajar os seus associados na luta contra o desemprego. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a distribuição imediata de auxílio financeiro às federações de esporte amador do Paraná. — Em discussão.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão na forma regimental.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, na qualidade de Presidente da Comissão de Agricultura desta Casa, solicitando o apoio de todos os Srs. Deputados para a imediata liberação de recursos do Crédito Rural no que se refere ao Estado. — Em discussão.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edgard Pimentel.

O SR. EDGARD PIMENTEL — (Para discutir) Sr. Presidente, como membro da Comissão da Agricultura, nós, hoje reunidos, estivemos apreciando vários assuntos do mais elevado interesse desta classe que mais gera riquezas e recursos em favor do município, do Estado e da Nação.

E o assunto inserido no requerimento do Presidente da Comissão da Agricultura, merece desta Casa uma apreciação e uma aprovação, porquanto é um assunto que se torna inadiável, face às reclamações que vêm dos produtores rurais, mormente das cooperativas.

E digo isto, Sr. Presidente, porque venho, hoje, do Oeste do Paraná, e a falta de liberação de recursos na forma do IGF, do Governo Federal para o agricultor comercializar a safra que vem colhendo neste período, tem gerado uma série de percalços aos interesses do lavrador e da classe rural, como um todo.

De sorte que, eu endosso esse requerimento e peço à Casa, a sua aprovação plena.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós, além de apresentarmos, em nome da Comissão de Agricultura, solicitamos esse encaminhamento de votação, para reforçar o pedido formulado pelo Deputado Edgard Pimentel, no sentido de que, todos os Deputados desta Casa sejam solidários com este requerimento, para que nós possamos, em Brasília, juntamente com as demais entidades que hoje participam da Comissão Permanente de Agricultura do Estado do Paraná, no sentido de procurarmos viabilizar e, de certa forma, até exigir providências e liberação imediatas dos recursos, principalmente nesta época de comercialização da safra que já está sendo colhida e comercializada, e também, exigir e reivindicar ao mesmo tempo, a liberação e a fixação dos valores básicos de custeio para o plantio de trigo que também já está em andamento.

Quando, em dias passados, ocupávamos a tribuna desta Casa e dizíamos da necessidade de o Paraná receber uma maior atenção por parte do Governo Federal no que diz respeito à agricultura e à agropecuária paranaense, hoje viemos, através deste requerimento que é fruto não da nossa imaginação, mas, fruto de uma reunião que tivemos na manhã de hoje, com as presenças do Secretário da Agricultura, da OCEPAR, da Associação dos Engenheiros Agrônomos e da Sociedade dos Médicos Veterinários do Paraná. É fruto de uma decisão abrangente não só nossa, e que visa, unicamente, melhorar e atender os anseios da agricultura e da agropecuária do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Em votação. — Aprovado.

A Mesa solicita que as Lideranças do PMDB e do PDS, façam a indicação dos Srs. Deputados.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a liberação do PROSAFRA para o Município de Goioerê. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações a respeito das subprocuradorias do Estado. — Em votação.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Sr. Deputado Augusto Carneiro.

A preocupação do ilustre Deputado era nossa também, e fomos procurar saber da situação, da extinção das subprocuradorias do Estado, e tomamos conhecimento de uma providência que está sendo tomada e que muito nos alegrou. Nós sentimos a preocupação do ilustre Deputado proponente, quando ele diz por exemplo, que, a Procuradoria Geral do Estado resolveu desativar essas subprocuradorias regionais, e o fez, de u'a maneira deselegante, antiética, deseducada, etc., etc.

Nós queremos dizer ao ilustre Deputado, que, fomos pesquisar e saber se realmente seriam desativadas as Subprocuradorias, e, isto, seria mau, seria ruim, contudo, a informação que nós recebemos do Sr. Procurador Geral do Estado, é de que, ele já encaminhou ao Sr. Governador, , emenda constitucional aditiva, incluindo um parágrafo, no artigo 123, criando a Procuradoria de Assistência Judiciária integrada à Secretaria de Estado da Justiça, na forma em que a lei determinar.

Observou ainda, o ilustre Procurador, que na maneira atual, as subprocuradorias, não estão atendendo a contento. Nós citaríamos, por exemplo, o caso da subprocuradoria de Londrina. Ora, um subprocurador que teria a incumbência de cobrir Londrina, Arapongas, Rolândia, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Ibitiporã, Sertãozinho, Jaguapitã, Porecatu e Primeiro de Maio. Lá existe um subprocurador como em outros locais. E agora, é preciso que se lembre que o próprio ex-Governador Hosken de Novaes, no final do seu governo, havia manifestado a sua preocupação quanto às Procuradorias do Estado do Paraná e prometia, publicamente, que iria fazer uma remodelação nas subprocuradorias, porque entendia que, esse tipo de divisão não estava sendo a contento. Mas, estava em final de governo e por certo deixou para que o futuro Governador do Estado pudesse manipular essa situação.

E o que nos informa ainda o subprocurador ou o Procurador Geral do Estado, que dentro do que ele pretende, dentro de uma emenda que será encaminhada inclusive a esta Casa, nos próximos dias, em que cada local destes, existam mais de um subprocurador para atender melhor aqueles que necessitam.

Havia uma preocupação do ilustre Deputado proponente, preocupação válida, diga-se de passagem, de que o setor em Curitiba seria desativado. E a informação que nós recebemos do Sr. Procurador Geral do Estado, é de que a Procuradoria de Assistência Judiciária aos Carentes em Curitiba, uma preocupação do ilustre Deputado, não foi extinta, continua prestando serviço e é chefiada pelo Procurador Dr. Paulo Rocha.

Finalizando, não queremos nos alongar. Em função da emenda constitucional aditiva, incluindo um parágrafo no artigo 123, criando a Procuradoria de Assistência Judiciária Integrada à Secretaria do Estado da Justiça, vai haver uma alteração. Nós não entendemos porque votar favoravelmente a esse requerimento.

Pedimos inclusive, aos colegas da Bancada do PMDB, para que votem contra o citado requerimento porque, no caso, ele deixou de existir. E, por fim, a preocupação também, do ilustre Deputado quanto aos procuradores. Nós temos em mãos inúmeros documentos, comprovando o acerto de contas feitos com cada um dos procuradores, onde eles recebem tudo que lhes é devido. Há aqui, por exemplo um documento, apontando total líquido 470 mil e alguns cruzeiros, outro total líquido, 760 mil e alguns cruzeiros e assim por diante.

Os subprocuradores estão recebendo o que lhes é devido pelo Estado e uma nova fórmula vai funcionar segundo o pensamento do Governador do Estado. Daí, a nossa posição contrária à matéria, pedindo escusas ao ilustre Deputado proponente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está em votação o requerimento.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO —(Para encaminhar). — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Confesso que já esperava um posicionamento da Bancada Governista conforme ele acaba de acontecer, contrariamente à intenção do requerimento que respeitosamente encaminhamos ao Governo.

Quando nos pronunciámos ontem, a respeito deste assunto, colocamos em dois itens: o primeiro, era o nosso protesto. E o protesto feito pelo nosso pronunciamento, dizia que não era justo extinguir as subprocuradorias porque elas prestavam serviço ao povo paranaense. E prestavam serviço também, ao próprio Estado, ajudando a aumentar a arrecadação nas execuções das ações fiscais, principalmente. E prestavam serviço principalmente aquelas subprocuradorias que eu tenho conhecimento, e, em especial, a de Campo Mourão, que é a minha cidade, a Procuradoria dava um atendimento diário a cinco pessoas carentes na advocacia gratuita.

E dissemos mais, que foi de uma forma deselegante e anti-ética despedir os subprocuradores da época, porque eles foram convidados pelo Procurador Geral para comparecerem na Capital do Estado, numa reunião. Nesta reunião, quem os recebeu foi um funcionário de terceiro escalão, a nível de Procuradoria, dizendo de que já a partir do dia 08 do mês passado eles estavam despedidos e que ali estavam todos os contratos para serem revogados, não dando nenhum outro esclarecimento aos subprocuradores que vinham atendendo este trabalho nas suas subprocuradorias respectivas. Não dando nenhuma outra oportunidade de um relatório do seu trabalho.

Não dissemos, hora nenhuma, de que foi feito ilegalmente esta destituição. Temos ciência que os subprocuradores receberam o que lhes era devido, porque se não recebessem, em se tratando de advogados capazes e renomados que vinham exercendo esta função, obviamente já teriam, através das suas ações e do seu direito, executado ao Estado.

Mas, o afastamento foi legal. Porém, no entendimento nosso, foi precipitado e não tínhamos ciência, pelo menos até agora, pela palavra do Deputado Ferrari Júnior, dizendo que vai ser feita uma reestruturação, mas que o povo do Paraná não vai perder esta advocacia gratuita que vinha tendo através das subprocuradorias.

Se for verdadeiro isto, vem de encontro com a nossa preocupação. A nossa preocupação era exatamente esta. Fizemos o requerimento dirigido respeitosamente a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, para que ele, ou reativasse as subprocuradorias, ou tomasse outras providências, mas que o povo do Paraná não ficasse prejudicado neste setor.

Se têm uma idéia que possa aprimorar, inclusive este atendimento a todo o nosso Estado, terá, sem dúvida, o nosso apoio, o nosso aplauso, porque o que queremos é que o povo do Paraná não sofra neste setor de atendimento de Justiça, tão necessário, principalmente aqueles menos favorecidos pela sorte e que não podem pagar honorários advocatícios e tinham, nos subprocuradores, um atendimento.

Não vejo também, prezados Senhores Deputados da Bancada Situacionista, nenhuma necessidade de rejeitar o requerimento que respeitosamente apresentamos, pois, o requerimento pede providências ao Governador do Estado para que ele reestude esta sua decisão e possa apresentar esta sua decisão e possa apresentar um atendimento ao Paraná. Se existe este atendimento através de subprocurador, que seja respondendo este requerimento informando à esta Casa, para que todos nós Deputados, também da Oposição, possamos levar aos paranaenses, que estão preocupados como eu estou, com esta medida de que o Governo vai melhorar, inclusive, este atendimento por todo o Paraná.

O fato de rejeitarmos para que não se converse mais sobre este assunto, fica ainda em dúvida. Esta dúvida, eu, como paranaense e, tenho certeza, tantos outros, não gostarão de ter. Por isto, se este requerimento for aprovado, apelo a quem lidera a Bancada Situacionista que consinta na aprovação deste requerimento, para que na resposta dele, o Sr. Procurador Geral do Estado possa responder à esta Casa das medidas que está tomando. E aí receberá, sem dúvida, o nosso aplauso e o nosso incentivo.

Este é o apelo, ainda último, que faço neste encaminhamento de votação à Bancada Situacionista, que permita a aprovação deste requerimento, porque não vejo nenhum prejuízo à Secretaria da Justiça, nenhum prejuízo à Procuradoria Geral do Estado, aprovar este requerimento que, no meu entendimento, está redigido com o maior respeito possível a um Governador do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Em votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Na verdade, a assistência judiciária gratuita, no Interior do Estado do Paraná, sempre foi deficiente. E continuou deficiente com a instalação das subprocuradorias criadas no Governo anterior, além de onerar os cofres do Estado.

O Governador José Richa está desenvolvendo um trabalho para, realmente, fazer com que todas as comarcas do Paraná contem com advogados que se encarregarão de proceder a assistência judiciária.

Srs. Deputados, a subprocuradorias que estavam instaladas contavam com a contratação pelo regime da CLT de um só subprocurador, que tinha um salário nominal, de Cr\$ 136.000,00, por mês e além disso, recebia na íntegra todos os honorários decorrentes da sua incumbência, quando promovia a cobrança dos executivos fiscais. E, em virtude de problemas de ordem política do PDS, alguns absurdos aconteceram neste Paraná. Um exemplo: instalou-se subprocuradoria em Prudentópolis, e não instalou-se uma subprocuradoria em Ponta Grossa; seguramente, a terceira ou quarta comarca deste Estado. E nós, os profissionais, filiados à Ordem dos Advogados do Brasil, é que continuamos nesse período todo, fazendo gratuitamente a defesa daqueles que necessitavam em Juízo. A solução preconizada que é a criação da Procuradoria da Assistência Judiciária, evidentemente dependerá da votação de mensagem por esta Casa. Mas até lá, nenhum município, nenhuma comarca do Paraná, ficará sem essa Assistência Judiciária.

O Governador autorizou que a Procuradoria proceda ao credenciamento, de no mínimo, dois advogados em cada comarca no Estado do Paraná; e excepcionalmente, de um apenas nas pequenas comarcas. Esses advogados não receberão nenhum centavo do próprio Estado; não terão salários; receberão 50% dos honorários que forem auferidos em cada execução fiscal e em contrapartida, prestarão a assistência judiciária àqueles que necessitarem.

Eu entendo, e parece-me que a nossa Vice-Liderança comunicará em seguida, nós não vemos mal, também, em que se aprove este requerimento. Mas, queremos deixar bem claro que o Governo antecipou-se e está dando, agora sim, uma solução para o problema da Assistência Judiciária no Estado do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente assiste razão ao eminente Deputado Augusto Carneiro, ao manifestar sua preocupação com a desativação das subprocuradorias regionais do Estado do Paraná.

Sabe-se que estas subprocuradorias não foram e não eram a solução definitiva para o problema de Assistência Judiciária gratuita no Estado do Paraná. Mas, foi o primeiro passo que foi dado pelo Secretário da Justiça, dos Governos anteriores, no sentido de atender a uma grande margem de brasileiros do Paraná, sem condições do pagamento das custas e dos processos judiciais.

O que não pode se admitir, Sr. Presidente, que a pretexto de melhorar o serviço de assistência judiciária gratuita, faça-se exonerações nas subprocuradorias regionais do Estado. É o caso, por exemplo do Presidente da Ordem dos Advogados do Paraná, da subseção de Francisco Beltrão, que simplesmente teve o seu contrato rescindido; e logo em seguida, os advogados da região Sudoeste do Paraná, até como uma reprimenda ao ato do Governo do Estado, elegeram o Dr. Geraldo Bonde, ilustre causídico de Francisco Beltrão, como Presidente da Ordem dos Advogados.

Congratulo-me com a exposição que faz o eminente Deputado Edmar Costa, de Ponta Grossa, demonstrando a sua preocupação como bacharel e como homem do Governo, no sentido de que este assunto tão grave, para as populações mais carentes do Estado, tenha um tratamento efetivo por parte do Governo do Estado.

E fico feliz em saber que o Governo do Estado está diligenciando, no sentido de atender, com mais eficiência, esse serviço tão importante do Estado. Creio, todavia, que as notícias que o Deputado Edmar Costa traz, de maneira oficiosa a este Plenário, poderiam ser trazidos como a primeira medida administrativa do Governo José Richa à esta Casa, desde que a Bancada do PMDB aprove o requerimento do eminente Deputado Augusto Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está em votação.

O SR. ANIBAL KHURY — (Para encaminhar) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Augusto Carneiro elaborou o requerimento pedindo informações ao Poder Executivo a respeito da extinção das subprocuradorias do Estado, em número de doze, de todo o Paraná.

Esse discurso e requerimento do Deputado Augusto Carneiro, foram encaminhados ao Procurador Geral do Estado, Dr. Mauro Maranhão, que endereçou à esta Casa, através do nosso Líder, que não se encontra presente, o seguinte ofício:

(Lê): "Senhores Deputados:

Referentemente à Assistência Judiciária aos carentes, a proposta do PMDB, estabelecida como "diretriz" é a de estruturação de um "órgão de âmbito estadual, com quadro de carreira próprio composto por Advogados, Assistentes Sociais e Sociólogos, com atuação em todas as Comarcas com vistas à defesa exclusiva dos necessitados". (Vide "Democracia e Justiça Social — Diretrizes do Governo, p.45).

Neste sentido, encaminhei ao Senhor Governador, emenda constitucional aditiva, incluindo um parágrafo no artigo 123, CRIANDO A PROCURADORIA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA, INTEGRADA À SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, NA FORMA DO QUE A LEI DETERMINAR.

No mesmo dia em que assumi a Procuradoria Geral, recebi telegramas e telefonemas de Juízes de diversas comarcas, solicitando a indicação de advogados para a prestação de assistência judiciária aos carentes. Nos dias subseqüentes aos telegramas e telefonemas se incorporaram ofícios, com o mesmo alvo.

Examinando a estrutura das chamadas Subprocuradorias implantadas no Governo imediatamente anterior, foi fácil compreender as solicitações exteriorizadas pelos telegramas, telefonemas e ofícios, antes referidos.

Com efeito, excetuada, EM ALGUNS CASOS, a comarca-sede da suprocuradoria, onde a assistência judiciária aos carentes foi, efetivamente prestada pelo subprocurador, nas demais comarcas abrangidas, ela simplesmente inexistiu, porque o Governo imediatamente anterior, do modo que a "ESTRUTURA", ASSISTIU exclusivamente, os advogados contratados como subprocuradores, olvidando-se dos carentes.

Notem, Senhores Deputados, como o problema da assistência judiciária aos carentes foi tratado pelo Governo imediatamente anterior:

Foram criadas subprocuradorias, dotadas de uma comarca-sede e abrangendo outras comarcas. Por exemplo: a subprocuradoria de Cascavel abrangia: Cascavel, Toledo, Guaíra, Assis Chateaubriand, Foz do Iguaçu, Terra Roxa, Palotina, Formosa do Oeste, Corbélia, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Santa Helena e Marechal Cândido Rondon. Outro exemplo: a suprocuradoria de Londrina abrangia: Londrina, Arapongas, Rolândia, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Ibiporã, Sertãozinho, Jaguapitã, Porecatu e Primeiro de Maio.

Para cuidar das subprocuradorias foram contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, advogados. Um apenas um, para cada subprocuradoria. Além dos salários de Cr\$ 136.000,00 percebidos por ocasião da rescisão, receberam a feliz incumbência de promover a execução fiscal, nas comarcas abrangidas pelas respectivas subprocuradorias, percebendo a INTEGRALIDADE dos honorários fixados pelo Juiz, ou obtidos através de parcelamento previsto por Instrução da Secretaria de Estado das Finanças, o que fere o artigo 43, da Lei Estadual n.º 7.074/79.

Esta estrutura é irreal. É humanamente impossível um advogado prestar assistência a carentes no âmbito do Direito Civil e do Direito Penal, em tantas comarcas. Mas, não é só pela impossibilidade decorrente da capacidade humana, que a estrutura é irreal. Advém também, de problemas técnicos, como os surgidos com a designação de audiências em comarcas diversas, no mesmo dia e hora ou, os problemas oriundos da colidência de defesas.

Em verdade, a estrutura montada pelo Governo imediatamente anterior é tão irreal que, até mesmo os executivos fiscais, que, por propiciarem ganhos formidáveis aos subprocuradores, era de se esperar fossem impulsionados eficientemente, não o foram.

Estes fatos, relatados ao Senhor Governador, conduziram a decisão de extinção das subprocuradorias. Como não seria possível aguardar a solução definitiva, que virá com a emenda constitucional e subsequente lei ordinária, em prazo de difícil previsão, adotou o Governo solução emergencial, que é a seguinte:

Credenciamento de, no mínimo, dois advogados, em todas as comarcas paranaenses. Excepcionalmente, admitir-se-á apenas um, nas pequenas comarcas.

O objeto do credenciamento é a promoção de execuções fiscais e assistência aos carentes na esfera do Direito Penal, uma vez que o Ministério Público assume a assistência no âmbito do Direito Civil.

Perceberão os credenciados, em quotas iguais, metade dos honorários da sucumbência, fixados pelo Juiz, ou obtidos pelos meios de composição amigável.

Em linhas gerais, esta é a solução emergencial, apresentada ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná e Presidente das respectivas subseções, em reunião levada a efeito na Comarca de Francisco Beltrão, a proposta foi aceita, principalmente pelo seu conteúdo social.

Partiu-se então, para a rescisão dos contratos de trabalho

com os subprocuradores. TODOS foram recebidos pelo Procurador Geral, que justificou a extinção das subprocuradorias, abrindo um debate que não se realizou porque os subprocuradores concordaram com as razões apresentadas. Atendidos depois, pelo Procurador-Chefe da Procuradoria Trabalhista, assinaram as rescisões (documentos em apenso) tendo sido, ademais, resguardados seus direitos de percepção de honorários nos processos onde atuaram, conforme se verifica do ofício circular em apenso.

Registro, ainda, que a Procuradoria de Assistência Judiciária aos Carentes em Curitiba não foi extinta. Continua prestando serviços, chefiada pelo mesmo Procurador: Doutor Paulo Rocha.

Sem outro particular, renovo a Vossas Excelências protestos de estima e apreço, a par de minha pessoal consideração.

(a) MAURO JOÃO SALES DE A. MARANHÃO

Procurador Geral do Estado"

Deputado Augusto Carneiro, esta é uma satisfação que o Governo dá ao requerimento de Vossa Excelência, e fiz questão de proceder a sua leitura para mostrar que o seu requerimento teve um atendimento rápido e urgente, com a resposta do Procurador Geral do Estado. Peço à Mesa que faça constar dos Anais desta Casa, esta informação prestada pelo Procurador Geral.

O SR. FERRARI JÚNIOR — (Pela ordem Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós havíamos nos posicionado contra o requerimento do ilustre Deputado Augusto Carneiro, pela sua forma de redação, para aquilo que estava definido e que era do conhecimento oficial da Bancada do PMDB e não da Bancada do PDS.

Logicamente, naquela situação, caberia à Bancada do PDS, indiscutivelmente, votar favoravelmente. Mas não teria como os Deputados do PMDB votarem favoravelmente nos termos que estavam estabelecidos no requerimento.

Contudo, prevaleceu o bom senso e a inteligência de ilustres Deputados nesta Casa, entre eles o próprio autor, o eminente Líder da Bancada do PDS também, e outros companheiros da Bancada do PMDB, e o requerimento foi alterado a um pedido de informações quanto ao futuro da subprocuradoria.

Então, Sr. Presidente, ilustres Deputados companheiros da Bancada do PMDB, não há porquê, agora, nos termos atuais, votar contra. Então, uma reformulação do requerimento, uma reformulação também na nossa maneira de ver.

Então, nós recomendamos aos ilustres companheiros do PMDB que agora votem favoravelmente a esse pedido de informações e não pretendemos, mesmo futuramente, negar apoio a pedidos de informação, que é um direito que tem, principalmente, a Bancada do PDS.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Esta Presidência tem a satisfação de registrar a presença de Vereadores de Guarapuava, Wilmar Turroki e Rubens Ribas.

Expediente firmado pelo Sr. Ferrari Júnior, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão integrar a Comissão Especial da audiência com os Srs. Ministros do Planejamento e da Agricultura. — **Ao Departamento Legislativo, para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a liberação do PROSAFRA, para o Município de Campo Mourão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao

Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que se digne autorizar a pavimentação primária na estrada que liga a sede do Município de Pinhão à Usina de Segredo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a liberação do PROSA-FRA, para o Município de Quinta do Sol. — Em discussão.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se na forma regimental.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Antônio Fonseca, contante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Justiça, ao Sr. Presidente do Senado Federal e outras autoridades, consubstanciado em apelo no sentido do não enquadramento na Lei de Segurança Nacional de 67, das noventa e uma pessoas que foram presas em São Paulo.

— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro das Minas e Energia, encarecendo providências a fim de coibir a violência e a expulsão de garimpeiros, na região de Alta Floresta, no Estado de Mato Grosso. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelas comemorações alusivas ao 37.º aniversário de emancipação política do Município de Pirai do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Trabalho das Comissões Técnicas, conforme determina o artigo 89, § 1.º, do Regimento Interno.

Levanta-se a sessão.